



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0241/16	DATA: 07/04/2016	
LOCAL: Plenário 11 das Comissões	INÍCIO: 09h44min	TÉRMINO: 13h31min	PÁGINAS: 103

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LEONARDO MEIRELLES - Testemunha arrolada pelos partidos PSOL e Rede.

SUMÁRIO

Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções inaudíveis.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Há oradores não identificados em breves intervenções.
Houve intervenções ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Sras. e Srs. Deputados, declaro aberta a reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar destinada à oitiva do Sr. Leonardo Meirelles, testemunha arrolada pelos autores da Representação nº 1, de 2015, em desfavor do Deputado Eduardo Cunha.

Eu gostaria de registrar que hoje, 7 de abril, é o Dia do Jornalista. Sem dúvida, essa é uma das profissões mais vitais para o bom andamento do nosso dia a dia, afinal são esses profissionais que nos abastecem com informações rápidas sobre o que está acontecendo no Brasil e no mundo. Parabéns a todos que abraçam a profissão, pautados pelo zelo, pela ética e pela reponsabilidade, ao trazer para a sociedade notícia clara e verdadeira. *(Pausa.)*

Informo que este Conselho recebeu, da parte do representado, os endereços para correspondência das testemunhas arroladas pela defesa do Deputado Eduardo Cunha, porém sem os telefones e *e-mails* para contatos. Apenas os endereços nos foram enviados.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Consta na imprensa que o Sr. Leonardo Meirelles, que hoje será ouvido aqui como testemunha, está vindo às próprias expensas; ele mesmo está pagando sua passagem. Eu queria saber se procede a informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Leo de Brito, tenha um pouco de paciência que entrarei também nesse assunto.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - É muito importante para o funcionamento do Conselho que possamos ter todas as condições para fazer as investigações necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - É muito importante. Eu vou dar ciência a V.Exa. e aos demais Parlamentares. Fique tranquilo que nós vamos chegar a esse ponto.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Informo que no último dia 31 de março este Presidente encaminhou ao Procurador-Geral do Banco Central solicitação do Relator, Deputado Marcos Rogério, de compartilhamento de



documentos referentes à Representação nº 1, de 2015, em desfavor do Deputado Eduardo Cunha.

Atendendo à solicitação, ontem à noite foi protocolado neste Conselho expediente do Banco Central encaminhando a documentação disponível, que será, o mais breve possível, encaminhada ao Relator e à Defesa, ficando à disposição dos demais membros deste Conselho.

O advogado do Deputado, Dr. Marcelo Nobre, enviou também na noite do dia 5 de abril petição requerendo a impugnação de todas as testemunhas arroladas pelos representantes, bem como os Srs. Ricardo Pernambuco e Ricardo Pernambuco Júnior, testemunhas arroladas pelo Relator.

Informo ao Conselho que o Dr. Marcelo Nobre, advogado de defesa do Deputado Eduardo Cunha, constituído nos autos do Processo nº 01, de 2015, requereu a este Presidente, por *e-mail*, na noite do dia 5 de abril, às 19h23min, a juntada nos autos de petição de impugnação da oitiva das oito testemunhas arroladas pelos autores da representação e pelo Relator, constantes do seu plano de trabalho. Peticiona inclusive a anulação da pauta da presente reunião, prevista para oitiva da testemunha, Sr. Leonardo Meirelles.

Ao tomar conhecimento, ontem, do teor da petição, encaminhei-a para exame e manifestação da Assessoria Jurídica, ao verificar, *a priori*, que a peça foi erroneamente dirigida a este Presidente.

Esclareço, desde já, que a questão processual e as diligências são ações claramente inseridas na competência do Relator, conforme reza o Código de Ética, em seu art. 14, inciso IV:

“Art. 14.

IV - apresentada a defesa, o Relator da matéria procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias (...)”

É competência, portanto, do Relator decidir sobre a matéria.

Assim, tão logo receba o parecer da Assessoria Jurídica, encaminharei, se for o caso, a petição ao Relator, para sua manifestação.

Alerto ao Plenário que vejo no procedimento da Defesa de endereçar ao Presidente o julgamento de questões que não são atribuídas a ele pelo Código de



Ética uma clara tentativa de deslocar a competência para julgamento do eventual recurso correspondente, que passaria da CCJC para a Presidência da Câmara dos Deputados.

Logicamente, não há nada contra o nobre advogado. Entendo que ele atende não só às orientações — reconhecemos ser advogado de renome —, mas também ao desejo do seu cliente.

Causa estranheza também constatar que, pelo teor da petição impetrada, sobriariam para serem eventualmente ouvidas no processo em curso tão somente as testemunhas arroladas pela própria Defesa.

Assim, por entender, preliminarmente, ser nítido o objetivo de deslocamento de competência recursal, não conheço do pedido de impugnação erroneamente endereçado pela Defesa.

Portanto, vamos dar curso, como previsto, ao objeto da nossa reunião, qual seja a oitiva da testemunha, Sr. Leonardo Meirelles.

Esclareço que o Sr. Leonardo Meirelles comparece a este Conselho atendendo ao convite formulado para aqui comparecer como testemunha arrolada pelos partidos representantes, incluída no plano de trabalho do Relator.

Agradeço, pois, o pronto atendimento ao convite.

É importante dizer, senhores, que até hoje a Presidência não respondeu ao pedido que fiz no dia 31 de passagem para o Sr. Leonardo vir aqui depor. Não nos deu nenhuma notícia, não respondeu nem “sim” nem “não”. É um caso inédito: sou Presidente deste Conselho pela terceira vez e nunca havia feito pedido de logística para trazer testemunha, e agora não fui atendido. Esta é a primeira vez. Este caso, repito, é inédito. A Presidência da Casa indefere o pedido e não diz por quê. Ela apenas silencia. Com relação ao andamento do processo, ontem, se não me engano, às 15h03min, foi endereçado ao Gabinete da 1º Vice-Presidência. É uma providência, é claro, da Presidência.

Mas fica por conta da consciência do Sr. Presidente da Casa, que, além de não querer que as testemunhas venham aqui dar seu testemunho — ele não quer —, não proporciona a logística necessária, prejudicando a vinda das pessoas aqui. Essa é uma nítida, clara e evidente vontade de que as pessoas aqui não compareçam para darem seu testemunho.



Repito, agradeço, pois, o pronto atendimento ao convite.

Informo, então, que o Sr. Leonardo está custeando as suas despesas e do seu advogado, de deslocamento, hospedagem e alimentação, com recursos próprios, considerando que a Presidência da Casa ainda não autorizou a emissão das passagens aéreas solicitadas para os dois, em 31 de março de 2016.

Senhores, a passagem não será mais necessária, mas vou pedir o ressarcimento do valor. Vou pedir o recibo das passagens ao Sr. Leonardo e pleitear o ressarcimento, porque não é justo, não está no Regimento, em lugar nenhum, que as testemunhas sejam custeadas por elas próprias, mas sim pela Casa, ou pelo interessado. Acredito que, no caso dos advogados que são solicitados, como são arroladas como testemunhas da Suíça, eu também não acho justo que o povo brasileiro venha a pagar essas passagens, até porque essas pessoas, salvo melhor juízo ou informação, são ou foram advogados do Deputado Eduardo Cunha.

Ainda sobre esse assunto, não satisfeito o Deputado Eduardo Cunha e sua Defesa em peticionar a este Conselho, a este Presidente, erroneamente, que não chamasse aqui as testemunhas, entrou com pedido no Supremo Tribunal de liminar para não permitir que este Conselho realizasse a reunião no dia de hoje e que as pessoas não fossem ouvidas — e, se fossem ouvidas, só falassem determinada coisa, de alguma forma. Ou seja, o que querem é que as testemunhas falem o que eles querem e não o que elas têm a falar.

Essa liminar foi recebida e foi sorteada Relatora a Ministra Cármen Lúcia. O impetrante é Eduardo Cosentino da Cunha e o advogado é o Sr. Marcelo Rossi Nobre; o impetrado é o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados. No relato da Ministra Cármen Lúcia, o que importa, o que interessa é: *“Pelo exposto, ausentes os requisitos legais, indefiro a medida liminar requerida”*. Ou seja, o Supremo indeferiu o pedido. Então estamos respaldados não só pelo Regimento da Casa, pelo que os Deputados do Conselho querem, pelo que o povo brasileiro quer, mas também pelo Supremo Tribunal Federal, que não concedeu a liminar pretendida.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Eu não estou inscrito, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Por favor, 1 minuto.

Enquanto usam da palavra os Srs. Deputados, peço ao Deputado Sandro Alex que conduza a este plenário o Sr. Leonardo Meirelles e seu advogado, Dr. Haroldo César Náter, que se encontram nas dependências da Casa.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Eu tenho uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Só 1 minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Calma, senhores. Vou conceder a palavra pela ordem em que foram pedidas. Primeiro, Deputado Nelson Marchezan Junior; depois, Deputados Zé Geraldo e Carlos Marun.

Deputado Sandro Alex, peço a V.Exa. a gentileza de buscar as pessoas no meu gabinete, para que possam ser ouvidas aqui.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Talvez o Deputado Sandro Alex possa ajudar um pouco, Presidente...

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Eu pedi questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu vou dar. Outros também pediram, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Então, V.Exa., por favor, não traga aqui o tal delator, depoente, criminoso, doleiro, não sei o que ele é, antes de ouvir as questões de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não, Deputado. V.Exa. pode fazer sua questão de ordem, mas a ordem dos trabalhos quem determina é o Presidente do Conselho.

Eu estou dando andamento aos trabalhos e vou conceder a questão de ordem a V.Exa. Estou respaldado inclusive, como V.Exa. acabou de ouvir, pelo Supremo Tribunal Federal, que não concedeu a liminar pedida pelo advogado Marcelo Nobre. Estou respaldado. Nenhuma questão de ordem pode impedir o andamento dos trabalhos. Vou ouvir V.Exa. depois do Deputado Nelson Marchezan Junior, mas a introdução aqui do advogado com seu cliente para depor não posso deixar de fazer.



Deputado Nelson Marchezan Junior, V.Exa. tem a palavra para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Deputado José Carlos Araújo, vou ser breve — talvez eu até force V.Exa. a ser repetitivo —, mas me causou espanto, estranheza, e peço que me esclareça, para saber se realmente tive a percepção correta em relação aos fatos.

A testemunha que está sendo ouvida hoje pela Câmara dos Deputados veio aqui as suas próprias expensas — gastou dos seus recursos —, porque o Presidente da Casa se negou a deferir o pagamento dessas despesas? Eu queria reiterar, todas as testemunhas que foram até agora oferecidas... Isso está registrado, Sr. Presidente? A demanda de pagamento das despesas para que este Conselho escute as testemunhas foi formalmente feita à Presidência da Casa e o Presidente da Casa se negou efetivamente a pagar essas despesas? Isso é fato concreto, comprovado documentalmente?

Eu faço essa insistência talvez boba, Sr. Presidente, porque, se for fato concreto, realizado, comprovado documentalmente, se o Conselho não o fizer, pessoalmente tomarei uma medida. Eu acho que este é um caso indubitável de afastamento do Presidente da Casa, por estar atrapalhando os trabalhos deste Conselho de Ética. Eu não tenho dúvida de que isso é motivo para que seja buscado esse afastamento judicialmente, já que até agora a Casa não conseguiu fazê-lo.

Então, eu pediria a V.Exa. que, se possível, esclarecesse esse fato. Se ele realmente ocorreu, eu gostaria que o Conselho pensasse em tomar as medidas ou, caso contrário, que me passasse cópia de toda essa documentação, tanto da formalização do pedido das despesas para oitiva das testemunhas como da negativa da Casa ou simplesmente sua não manifestação.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Omissão.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Ou sua omissão, sua negação, enfim, sua não resposta, efetivamente, seu silêncio sobre isso, porque me parece inaceitável.

Evidentemente, fica claro que o Presidente, usando seu cargo, está tentando impedir os trabalhos desta Casa. Aí teremos que tomar medidas judiciais,



extremamente cabíveis, reitero, se esses fatos ocorreram e se estão documentalmente comprovados.

Por isso insisto, talvez de novo forçando V.Exa. a ser repetitivo, que esclareça esse fato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Marchezan...

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Sr. Presidente, pela ordem, também nessa linha do Deputado...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu vou dar a palavra pela ordem. Vários Deputados pediram a palavra para uma questão de ordem e estão na fila.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Eu acho que é sobre o mesmo tema, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Mas V.Exa. está na mesma linha...

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Eu não pedi questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Certo. V.Exa. quer fazer esclarecimento na mesma linha?

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - É só para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Quero perguntar a V.Exa. se houve negativa. Aí, no caso, não seria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Nós...

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Deixe-me terminar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Eu nem falei!

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Estou sendo condescendente com V.Exa., dando a palavra a V.Exa. na frente de outros Deputados. Não devia fazê-lo, mas dou a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Eu só quero complementar a palavra do orador que me antecedeu, para que V.Exa. possa esclarecer este fato de que houve recusa da Presidência Casa. É o Presidente ou o 1º Vice-Presidente que tem



ou não que dar a autorização? Pergunto isso até porque ele estaria impedido, no caso de algum tipo de solicitação deste Conselho, em favor ou contra o acusado.

Deputado José Carlos Araújo, V.Exa. parece que hoje está um pouco irritado, nervoso, tenso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não, Deputado.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Era só para complementar o que o nobre Deputado Nelson Marchezan Junior disse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não estou tenso, muito pelo contrário. Estou aqui, nesta condição, respaldado pelo Supremo Tribunal Federal, que me assegura fazer justamente o que fiz quando convoquei esta reunião. E tenho o prazer de ter V.Exa. aqui para assistir a isso.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Deputado José Carlos Araújo, V.Exa. está respaldado pelo Conselho, não pelo STF, mas pelo Conselho, por seus pares, que o elegeram Presidente e lhe indicaram as testemunhas. V.Exa. tem o respaldo de todos nós neste Conselho e não precisa do respaldo do STF.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Mas precisei, porque recorreram ao STF para que isso não acontecesse, que negou o pedido. Então, estou, além de respaldado pelo Conselho, pelo povo brasileiro, também respaldado pelo STF.

Portanto, respondendo ao Deputado Nelson Marchezan Junior, a bem da verdade, foi feita a solicitação à Presidência da Casa. Mas até agora não recebi nenhuma comunicação do Presidente da Casa de que o Conselho deve se dirigir à 1ª Vice-Presidência quando precisar de qualquer coisa, e não à Presidência. O Presidente se julga impedido nas decisões que a Mesa tem tomado contra o Conselho e manda que o Deputado Waldir Maranhão as assine. E assim tem acontecido. Mas as providências da Casa, as atribuições concedidas ao Conselho de Ética continuam sendo prerrogativa do Presidente, até que eu seja informado.

Ontem fiz solicitação à Presidência da Casa; no dia 31, se não me falha a memória, enviei ofício à Presidência da Casa; e me parece que na terça-feira reiterei o pedido. Até hoje, até o momento nada recebi. Vi no sistema da Casa, Deputado Marchezan, que ontem, às 15h03min, o Presidente despachou meu ofício, depois de



meu pedido ter sido reenviado à 1ª Vice-Presidência. Isso só foi feito ontem, ou seja, véspera da oitiva.

Quando eu mandei ligar para o Sr. Leonardo Meirelles e seu advogado dizendo que infelizmente não tínhamos tido a condição de comprar as passagens ainda, ele me disse que não me incomodasse, porque já as tinha comprado. Fez isso para assegurar sua vinda. Portanto, ele já tinha comprado, as suas expensas, a passagem dele e de seu advogado.

No dia 31 foi enviado o primeiro ofício. Está aqui o primeiro ofício. Se V.Exa. quiser, eu lhe forneço cópia.

“Sr. Presidente, cumprimento-o, informando a V.Exa. que o Sr. Leonardo Meirelles foi arrolado como testemunha pelos representantes do Processo nº 1, de 2015, referente à Representação 1/15, do PSOL e da Rede, que tramita neste Conselho.

Diante do exposto, solicito a V.Exa. verificar a possibilidade de autorizar a emissão de passagens aéreas em favor da supracitada testemunha e de seu advogado, Dr. Haroldo César Náter, conforme dia e trecho abaixo especificado.

Leonardo Meirelles, 6/4, Voo TAM JJ3724, Congonhas-Brasília, partida às 19h40min, chegada às 21h30min.

Dia 7/4, Voo TAM JJ3715, Brasília-Congonhas, partida às 20h25min, chegada às 22h05min.”

Foram especificados voo, hora e tudo que fosse necessário.

No dia 5, anteontem, reiterei:

“Diante do exposto, reitero a V.Exa. verificar a possibilidade de autorizar a emissão de passagem aérea em favor da supracitada testemunha e do seu advogado, Haroldo, conforme Processo nº 107409, de 2016, encaminhado a esta Presidência em 31/3/2016, haja vista ser essa a condição para viabilizar a reunião da oitiva.”



Entendo, Deputado, que na verdade a Presidência não tinha nenhum interesse em ter aqui o Sr. Leonardo Meirelles — que está aqui ao nosso lado, com seu advogado — de ouvir testemunhas, tanto que não providenciou as passagens e até o dia de hoje não deu nenhuma notícia. E, mais do que isso, além de a Defesa enviar ofício erroneamente para mim — deveria ser dirigido ao Relator —, ele não providenciou as passagens. Portanto, tinha certeza de que esta oitiva não seria realizada. Ledo engano, a oitiva está sendo realizada aqui. Os senhores estão aqui para presenciá-la.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Quero agradecer a V.Exa., Sr. Presidente, seus esclarecimentos e dizer que isso é motivo para começarmos a pensar, judicialmente, no afastamento do Presidente da Câmara.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Gostaria de um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, dois Parlamentares pediram a palavra antes de V.Exa., e vou conceder.

O Deputado Zé Geraldo tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, só 1 minuto.

Eu gostaria de esclarecer ao Deputado Manoel Junior que não houve negativa nem afirmativa. O Presidente não negou, mas também não concedeu. Ficou em silêncio até a data de hoje. Eu entendo esse silêncio em não dar a passagem como omissão.

Tem a palavra o Deputado Zé Geraldo, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Presidente, o Deputado estava inscrito antes de mim?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Estava sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Estava inscrito antes de V.Exa.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Positivo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Muito obrigado.



Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, primeiro, eu queria apresentar publicamente ao Deputado Manoel Junior pedido de desculpas, porque numa determinada sessão anterior, no momento em que ele foi nomeado para uma Comissão nesta Casa, no meio de um debate político, eu disse que aquilo era uma forma de pagamento. Naturalmente, eu me alterei. Eu senti que o Parlamentar se sentiu bastante ofendido, o que não era a minha intenção.

Então, Deputado Manoel Junior, eu quero me dirigir a V.Exa., reconhecendo que realmente tem cumprido seu papel. É um Parlamentar atuante, trabalhador e responsável nesta Casa. Portanto, na verdade, foi um exagero desnecessário da minha parte. Eu peço desculpas publicamente a V.Exa. neste Conselho, numa reunião tão participativa, como foi aquela na qual aconteceu esse fato.

Segundo, Sr. Presidente, o Presidente Eduardo Cunha realmente acaba de demonstrar que é um grande chantagista. Eu acho que, se houver um concurso para ver quem é o maior chantagista do Brasil, Eduardo Cunha ganha esse prêmio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, por favor.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Ele iniciou. Estou entrando na matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, por favor!

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - São 5 milhões...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Não, porque ele entrou exatamente chantageando o empresário Júlio Camargo, usou até funcionário do seu gabinete para cobrar uma dívida que lhe faltava, que, segundo informação da imprensa, era de 5 milhões de dólares. O negócio realmente era milionário. E o Presidente desta Câmara entra com pedido no Supremo para que as testemunhas não venham aqui. Eu pergunto: qual é o objetivo desta fase? O que nós estaríamos e estaremos fazendo aqui, se não ouvirmos as testemunhas?

Para mim, duas testemunhas muito importantes para virem a esta Casa — e sei que já estão fazendo movimento para que não venham — são exatamente o empresário Júlio Camargo e Fernando Soares, o popular Fernando Baiano.

Não adianta dizer que o crime do Presidente foi mentir. Não! Nós estamos discutindo a Operação Lava-Jato. Não tem cabimento ele tentar fazer com que o Supremo tenha que decidir sobre isso. Não era nem para acionar o Supremo.



Nós estamos aqui diante de uma fase que não pode ser...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, vou seguir o Regimento à risca. O acordo é de 3 minutos para cada um. Vou ser rígido no horário.

Peço aos Srs. Deputados uma coisa muito clara: estamos aqui para fazer oitiva de pessoas, então, se puderem deixar de fazer uso da palavra fora do que vai tratar a oitiva, eu ficaria grato. Seria uma economia muito grande de tempo se deixássemos a testemunha falar e discorrer.

Então, peço a V.Exas. que sejam condescendentes com esta Presidência e deixem que a testemunha discorra, fale, façam suas perguntas e depois usem da palavra. Quanto mais tempo perdermos usando da palavra para fazer discurso, mais tempo vamos perder para ouvir as testemunhas.

Eu apelo a V.Exas. que concedam a esta Presidência esse favor de economizar nas palavras ou de não fazer discurso neste momento, de deixá-lo para o fim. Mas, daquele que se inscrever e fizer questão absoluta, eu não posso cercear a palavra. Eu não tenho direito de cercear nem de pedir ao Supremo que cerceie a palavra dos senhores.

Deputado Carlos Marun, tem a palavra a V.Exa., por 3 minutos, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Questão de ordem. Positivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Qual é a questão de ordem e o artigo?

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Arguiu a ilegalidade da convocação do Sr. Leonardo Meirelles.

Sr. Presidente, preliminarmente quero declarar que estamos aqui infestados por um grande debate político que existe nesta Casa. V.Exa. já se declarou contra o *impeachment*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não, senhor. Eu não me declarei.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Então, ligue para *O Estado de S. Paulo* e desminta, porque eles estão dizendo lá...



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu não falei para O Estado de S.Paulo.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - O *Estadão* está dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu não falei para O Estado de S. Paulo. Eu não declarei meu voto.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, mas este não é o assunto aqui hoje.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Não, tudo bem. Veja bem, estou contextualizando. Eu quero que medeie meu tempo de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - V.Exa. não pode botar palavras na minha boca.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Então, eu retiro, mas peço que V.Exa. informe a *O Estado de S. Paulo*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Manoel Junior, o Presidente sabe o que está fazendo.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Não cabe este assunto aqui.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Tudo bem, V.Exa. não está, mas existe um debate político em que o PT coloca que tudo que está acontecendo aqui é culpa de Eduardo Cunha. O defensor da Presidente foi lá e, durante cerca de 1 hora, falou sobre Eduardo Cunha, Eduardo Cunha, Eduardo Cunha.

Então, eu espero que a convocação desse delator não tenha sido única e exclusivamente para ele vir aqui fazer pirotecnia contra o *impeachment*, sem que ele apresente provas. Pirotecnia contra o *impeachment* no Conselho de Ética nós não vamos aceitar. Eu espero que o Relator, o Presidente e o Vice-Presidente tenham avaliado se ele traz alguma prova de que o Presidente Eduardo Cunha tem contas no exterior, que é o que está em julgamento nesse caso por este Conselho.

E ficou muito bem pacificada a questão de que nós devemos nos ater ao que está no relatório, depois de uma brilhante defesa feita pelo PT, lá na Comissão Especial do Impeachment, a respeito desse assunto.

Então, por essa razão, em princípio, eu arguo a ilegalidade do depoimento do Sr. Leonardo Meirelles, que foi convocado. O que nós estamos discutindo aqui é a questão de provas sobre as contas do Eduardo Cunha. Vejam bem, a denúncia do



Ministério Público diz que “em sequência, a quantia correspondente ao primeiro depósito foi entregue ao Leonardo Meirelles, em espécie, no escritório do Alberto Youssef.” Essa é a denúncia do Ministério Público. O Ministério Público mentiu ao denunciar Eduardo Cunha? Está aqui. Esta é a denúncia do Ministério Público.

Na sequência, o Sr. Leonardo Meirelles informa que não conhece o Sr. Fernando Baiano. Então, se ele trouxer prova de que o Eduardo Cunha tem conta na Suíça, positivo; senão, eu quero dizer que nós estamos sendo aqui vítimas de um ato de pirotecnia contra o *impeachment*, promovido por pessoas que simplesmente deveriam estar aqui buscando se ater ao processo, na realidade.

Eu arguo, em função, disso, principalmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - O seu tempo está encerrado, Deputado.

Eu não posso deferir a sua questão de ordem, até porque eu não tenho poder de saber o que o Sr. Meirelles vai dizer aqui. E ele vai responder exatamente às perguntas dos senhores.

Por isso mesmo, foi negada pelo Supremo Tribunal Federal a pretensão de calar esta testemunha e todas as outras sete. O próprio Supremo Tribunal Federal já respondeu que nós não podemos calar a testemunha. Essa pretensão não foi possível.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Esse Supremo! Esse Supremo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - V.Exa. não está com a palavra.

A defesa quer usar a palavra. Eu vou dar a palavra à defesa.

Nobre advogado, V.Sa. quer falar aqui ou pode ser aí mesmo?

O SR. MARCELO NOBRE - Posso usar a palavra daqui.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado...

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - V.Exa. pode liberar o meu microfone para eu fazer uma pergunta? Obrigado, Presidente. Serei rápido.

Vamos começar a oitava. Não é o Relator o primeiro a inquirir a testemunha? Não é o Relator?



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - É.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Vamos deixar o Relator fazer as perguntas e vamos começar a oitiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu estou tentando fazer isso.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Eu queria fazer um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Mas V.Exa. deu a palavra para outras pessoas depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - A defesa tem o direito de usar a palavra.

Peço ao Relator que faça parte da Mesa.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, o esclarecimento que eu queria fazer vai exatamente nessa linha. Não quero fazer pergunta, nem quero fazer intervenção. Quero fazer um esclarecimento a respeito dos procedimentos dos trabalhos, para que não tenhamos problemas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não. Deixe-me fazer uma pergunta. Os senhores concordam em não fazer perguntas agora e deixar o Relator falar?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sim, o Relator. É isso.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, o senhor tem que decidir a questão de ordem do Deputado Carlos Marun.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Já decidi. Já decidi. Não vou atendê-lo.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Não vai atendê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não vou, até porque o que ele pretende o próprio Supremo já respondeu.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - O Supremo negou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não fui eu.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Vamos em frente, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - O próprio Supremo diz que nós não podemos deixar de ouvir as testemunhas. A defesa requereu que as



testemunhas não fossem ouvidas, e o Supremo disse que o Conselho de Ética tem esse direito. Portanto, nós estamos usando o direito do Conselho de Ética. Está aqui, na liminar.

De qualquer forma, vou recolher, passar ao jurídico para examinar e responderei oportunamente. Está bom, Deputado?

Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Volto a tentar fazer um esclarecimento, considerando a complexidade, a especificidade, a dimensão e o ineditismo desse caso e tudo aquilo que ele tem gerado, do ponto de vista de controvérsias inclusive regimentais.

Eu queria que V.Exa. esclarecesse o procedimento que adotaremos para os questionamentos ao depoente e sobre o tempo. V.Exa. disse que o Relator vai fazer primeiro o questionamento. Quero saber se a defesa vai fazer algum questionamento e que tempo nós adotaremos aqui. É preciso deixar isso bastante claro, para que não surja, daqui a pouco, nenhum questionamento que gere problema com relação aos depoentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu vou apresentar os procedimentos.

Primeiro, eu quero saber dos senhores se estão de acordo quanto a não usarem a palavra agora e deixarem a testemunha falar. Primeiro, a defesa vai falar. Depois disso, nós começaremos a ouvir o depoente, que está aqui. Em seguida, os senhores vão questionar.

Se os senhores estiverem de acordo, eu não darei mais a palavra a nenhum Deputado, e a defesa falará.

Todos estão de acordo?

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - De acordo, Presidente. De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Aprovado.

Então, ninguém vai questionar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu queria fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não, Deputado.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O nosso depoente deu uma grande entrevista à *Folha de S.Paulo* de hoje. Está escrito aqui: *Doleiro vira delator e afirma ter novas provas contra Cunha.*

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, Deputado!
(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Vamos deixá-lo falar!

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Exatamente. Um instante só!

Eu quero entender se o depoente já fez uma explanação inicial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Ainda não. Vai começar. Não conseguiu ainda.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Por que ele não pode fazer antes do Relator?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não, não. O Relator quer usar a palavra. O Relator tem o direito de usar a palavra.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Vamos começar, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Vamos ouvir a testemunha!

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu vou começar, o depoente vai falar, mas o Relator quer usar a palavra antes. Eu tenho que conceder a palavra a S.Exa. A defesa quer falar.

Os procedimentos serão os seguintes: cada Deputado membro da Comissão terá 5 minutos para inquirir a testemunha. De igual modo, vou dar a palavra aos não membros, pelo mesmo tempo.

Todos estão de acordo? Terá 5 minutos cada um dos Deputados.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, terei 5 minutos para fazer perguntas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Isso.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - E eles terão o tempo para responder?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Aí é outra coisa! Pergunte. A palavra está com V.Exa., por 5 minutos. V.Exa. fará as perguntas que quiser e terá direito à replica, por 3 minutos.



O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Como assim, Sr. Presidente?

Réplica?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - V.Exa. fará a pergunta, e ele vai responder.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Nós teremos mais 3 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Lógico. Não podemos ficar no pingue-pongue: V.Exas. perguntando e ele respondendo. Isso não dá! V.Exa. vai fazer as perguntas, ele vai anotá-las e responderá às que estiverem ao alcance dele. Se V.Exa. não ficar satisfeito, terá 3 minutos para réplica.

Portanto, a defesa está com a palavra.

O SR. MARCELO NOBRE - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria cumprimentar V.Exa., o Vice-Presidente Sandro Alex, o Relator, Deputado Marcos Rogério, todos os Deputados, servidores, o meu colega Dr. Aroldo e o delator.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria esclarecer a V.Exa. que o endereçamento desta defesa sempre considera o Presidente. Algumas vezes, enderecei-a ao Relator, e V.Exa. me disse que eu a havia endereçado errado e que a deveria ter endereçado a V.Exa. Agora, enderecei-a a V.Exa., que está dizendo que eu tenho que endereçar a defesa ao Relator. Farei, daqui para frente, sempre dois endereçamentos: um para V.Exa. e outro para o Relator.

Esse esclarecimento é absolutamente necessário.

Por outro lado, preciso esclarecer também, a defesa, que quem não quis ouvir os delatores foi este Conselho, e não a defesa, porque, se este Conselho quisesse ouvir os delatores, teria aprovado, acolhido e admitido, quando do início desse processo, a imputação de vantagem indevida, que não aprovou. Nós estamos aqui a falar do depoimento do cliente na CPI, se mentiu ou não, e da falsidade eventual em declaração de renda. O que os delatores têm a acrescentar com relação a isso? Nada.

Então, não é a defesa que não quer ouvi-los. A defesa está indo buscar o seu direito, que V.Exas. aprovaram ao não quererem que a vantagem indevida fosse aqui investigada e discutida. Não podem agora querer inovar. Isso é gol de mão. Isso é gol de mão! Não dá para concordar com isso.



É por isso que a defesa recorre ao Supremo. E vai aonde tiver que ir para ver esse direito preservado. Não é justo que V.Exas. não queiram discutir e investigar vantagem indevida, e assim decidam aqui, e a defesa venha a concordar agora com essa alteração e essa mudança posterior.

Repito: é gol de mão! Não dá, Presidente. Não tem condição.

Outra coisa que assusta esta defesa é o interesse do delator-depoente em vir aqui falar. Ele mesmo paga as suas despesas e vem aqui com interesse. Isso está na nossa impugnação que está com V.Exa. e que, mesmo que tivesse sido endereçada erroneamente, não seria por isso que não caberia decisão sobre ela.

O delator pagar as suas despesas, vir aqui para depor com interesse, é a maior demonstração de que ele não tem condição de ser testemunha. O que ele vem fazer aqui? Ele tem interesse nesse processo e arca com as despesas para vir aqui depor. Nunca vi isso na minha vida! A testemunha ser aceita com interesse no final do processo, arcando com as suas despesas. Isso é uma loucura!

Outra coisa, Presidente, que esta defesa quer pedir: que o depoente fale sob compromisso. Tem que falar a verdade, porque, se vier aqui falar e não provar, vai responder à queixa-crime.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente...

O SR. MARCELO NOBRE - Então, esta defesa foi ao Supremo buscar que não fosse ouvido, porque V.Exas. não aprovaram a busca do que tem a acrescentar esse delator, e não tem nada a ver com não querer ouvir.

O que V.Exa. disse, ou o que disse o parecer da assessoria, que esta defesa só quer ouvir as testemunhas de defesa, não é verdade! Pode trazer 150 testemunhas de acusação, se a lei assim permitir. O problema não é esse. O problema é que tem que falar sobre os fatos que este Conselho aprovou. Isso não pode deixar de ser dito, Presidente.

Reservo as perguntas que farei ao delator, sob juramento, que tem que provar o que vai dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Obrigado.



Quero apenas esclarecer o seguinte: a autoridade competente para qualquer pedido sobre instrução probatória é exclusivamente o Relator, seguindo o art. 14, inciso IV, do Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Então, nesta fase probatória, qualquer coisa, dirija-se ao Relator, que é a autoridade competente para fornecer qualquer informação a V.Sa. Isto está no Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Também não podia deixar de ler, já que... Eu vou ler algumas partes da decisão da Ministra Cármen Lúcia depois, mas há uma coisa aqui que é *(ininteligível)* testemunha compete à autoridade competente para ouvi-la no exercício desse mister, e a ela compete aferir o valor do que apurar no seu testemunho. Então, só a mim, como Presidente, compete, segundo diz a Ministra Cármen Lúcia.

Portanto, eu vou conceder a palavra ao Deputado Relator.

Com a palavra o Deputado Marcos Rogério.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, Deputado José Carlos Araújo; Sr. 1º Vice-Presidente, Deputado Sandro Alex; advogado do representado, Dr. Marcelo Nobre; Sr. Leonardo Meirelles, testemunha arrolada na peça acusatória e que aqui comparece; Dr. Haroldo César, advogado da testemunha; senhoras e senhores membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, inicio as minhas considerações reconhecendo o esforço de V.Exa. na garantia do funcionamento deste Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Eu sou testemunha de todo o empenho de V.Exa. no sentido de garantir que este Conselho não sofra um processo de obstrução permanente.

A Presidência deste Conselho solicitou as passagens e não obteve respostas, é bom que se diga, Deputado Fausto Pinato. O tempo — e falo na condição de Relator — corre contra o Conselho. O prazo para instrução é de 40 dias. Se a cada pedido de passagem nós tivermos essa postergação que tivemos neste caso, nós vamos terminar em 2017, com todo o respeito!

Aí o Deputado Carlos Marun fala — não sei se foi o Deputado Marun ou outro que mencionou — que quem decide sobre as questões relativas a esta representação é o Vice-Presidente. É verdade. Alguém disse aqui...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Retiro que tenha sido V.Exa.



O Presidente ontem, quando eu o questionei sobre isso, apresentou-me o andamento do procedimento, Dr. Marcelo Nobre, e só ontem foi encaminhado ao Vice-Presidente. Então, se tem que ir ao Vice-Presidente, com todo o respeito, há um caminho longo até chegar a S.Exa., e isso é claramente um processo de obstrução aos trabalhos do Conselho de Ética, com todo o respeito que tenho ao representado e àqueles que aqui o defendem. Sei que obviamente essa não é a atribuição do advogado de defesa, que cumpre aqui um papel relevante e tem exercido com muita competência a incumbência que lhe foi atribuída.

Eu começo a coleta de depoimento, inicialmente...

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Mas e o compromisso do depoente? Ele vai falar sem compromisso? Nós vamos autorizá-lo a vir aqui dizer o que quer, mentir? De jeito nenhum! Vamos ter respeito por nós mesmos.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Exa...

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Antes de responder, ele tem que prestar o compromisso de dizer a verdade, senão isso aqui vira uma pirotecnia!

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Exa. deve ser conhecedor do Regimento...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Aqui não é CPI.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Deputado Ivan, V.Exa. quer autorizá-lo a vir aqui mentir para nós?

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Espere só um pouquinho, Deputado Marun! Espere um pouquinho! Deixe encaminharem os trabalhos. Espere um pouquinho!

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Na CPI, ele não falou...

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Depois que for encaminhado...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Calma, V.Exa. está nervoso.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Não estou nervoso. Só não quero que a turma contra o *impeachment* use o Conselho de Ética para fazer pirotecnia. Não é possível que o depoente venha aqui, e V.Exas. aceitem que ele não preste o compromisso.



O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Se ele for depoente, ele tem que prestar.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Isso é verdade! Ele tem que prestar o compromisso, isso é verdade!

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Deputado Marun, Deputado Marun...

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Ele tem que dizer a verdade e tem que prestar o compromisso de dizer a verdade.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Deputado Marun, V.Exa. faz uma ponderação...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Senhores, por favor, o Relator está com a palavra!

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Calma, Deputado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Marun, na hora certa, a coisa será colocada. Tenha calma!

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Então, está bom.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O Presidente passou a palavra...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Deputado Marun, V.Exa. está açodado.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Não, estou muito tranquilo.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - É evidente, a aparência demonstra isso.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Deputado Marcos Rogério, só me responde: ele é depoente ou ele é um simples informante?

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Ele vem na condição de testemunha, vem na condição de testemunha.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Então, ele tem que prestar compromisso.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Calma, Deputado!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Meu Deus do Céu, vamos seguir os trabalhos aqui, chê!

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O Presidente passou a palavra ao Relator. O Relator não começou ainda a tomar depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Por favor! Vou assegurar a palavra ao Relator, por favor!

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O Relator está fazendo considerações iniciais. V.Exas., que conhecem de processo, certamente sabem disso. Então, faço essas ponderações, reconhecendo o esforço do eminente Presidente e também reconhecendo aqui a boa vontade da testemunha, Sr. Leonardo Meirelles, que aqui comparece às suas expensas, como depoente, como testemunha.

Neste momento, Sr. Presidente, devolvo a palavra a V.Exa., para a tomada do compromisso. Na sequência, farei os questionamentos de praxe, como manda a regra regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Srs. Deputados, eu vou convidar neste instante o Sr. Leonardo Meirelles. O seu advogado, Sr. Haroldo César, também já está aqui ao nosso lado. Eu vou convidar o Sr. Leonardo Meirelles para assinar o termo de compromisso: *“Nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 1, referente à representação em desfavor do Deputado Eduardo Cunha”*.

Eu vou perguntar ao Sr. Leonardo Meirelles se ele assina o termo de compromisso.

O SR. HAROLDO CÉSAR NÁTER - Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - O advogado tem a palavra.

O SR. HAROLDO CÉSAR NÁTER - O depoente Leonardo Meirelles, em face do que estabelece a Constituição da República, no seu art. 5º, inciso LXIII, e considerando que Leonardo Meirelles é réu em ações da denominada Operação Lava-Jato, bem como tendo em consideração ter Leonardo Meirelles firmado acordo



de colaboração premiada junto com a Procuradoria-Geral da República — acordo já homologado pelo Ministro Teori Zavascki —, reserva-se o direito de não assinar esse termo.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Então, não pode assinar... Isso é brincadeira!

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Senhores, senhores, senhores, senhores, senhores...

(O Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Isso é brincadeira!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Senhores, senhores...

(O Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu não dei a palavra a V.Exa. Aguarde. Inscreva-se para falar.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Tenha calma. Inscreva-se.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não adianta que não vai levar no grito, Deputado.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Inscreva-se, Deputado. Fique calmo.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Estou calmo, Sr. Presidente. Peça à testemunha para assinar o termo de compromisso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Fique calmo, para eu não ter que chamar o Serviço Médico aqui. Não posso...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Senhores, senhores...

A Constituição assegura...

O SR. HAROLDO CÉSAR NÁTER - Excelência... Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não.

O SR. HAROLDO CÉSAR NÁTER - Vamos esclarecer um ponto.

Primeiro, o Leonardo hoje comparece a esta sessão atendendo a um convite formulado. Nós não viemos aqui por algum interesse de natureza pessoal. É o interesse desta Nação brasileira.

Em segundo lugar, o Leonardo foi o primeiro dos réus da Operação Lava-Jato a ser colocado em liberdade, no dia 11 de abril de 2014. E, desde lá, ele vem colaborando e vem assumindo compromissos perante o Poder Judiciário, perante a Polícia Federal, perante o Ministério Público Federal. E o Leonardo não está aqui, de nenhuma forma, para mentir em desfavor de quem quer que seja. Ele está aqui exclusivamente para elucidar os fatos.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. HAROLDO CÉSAR NÁTER - Calma. Se não me deixarem falar, eu não posso chegar a uma conclusão...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Deixem-no falar!

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Por favor, o advogado está com a palavra. O advogado está com a palavra, por favor.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Isso é pirotécnica.

O SR. HAROLDO CÉSAR NÁTER - Nós não estamos aqui também, Excelência, para fazer pirotécnica.

Então, atendendo a...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - O advogado não tem palavra aqui...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - O advogado da testemunha está com a palavra.

O SR. HAROLDO CÉSAR NÁTER - Atendendo à solicitação de V.Exa., Leonardo Meirelles assinará o termo, porque ele não está aqui para mentir.

(Manifestação no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Matéria vencida.
(Pausa.)



(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. HAROLDO CÉSAR NÁTER - Isso é uma ameaça ou é uma constatação? Não é o senhor que vai nos ensinar o que lei dispõe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Senhores, por favor, senhores. Não se dirijam, por favor... Neste momento, não se dirijam... Por favor, Deputado.

(Não identificado) - Ele está se dirigindo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não pode, não vai se dirigir.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não, eu dei.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Além de dar a palavra a advogado, coisa que ele não pode fazer aqui...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Agora, vamos ouvir, Presidente.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Quanto medo de escutar o cara!

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - O art. 12, inciso VIII, diz:

“Art. 12.

VIII - a testemunha não será interrompida, exceto pelo presidente ou pelo relator”.

Portanto, com a palavra o Relator, para fazer as perguntas iniciais.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, inicio as perguntas fazendo apenas uma consignação. Embora agradeça a disposição do depoente em assinar termo de compromisso, os nobres pares que conhecem os precedentes deste Conselho hão de saber que neste Conselho, na maioria das vezes, não se assinou o termo de compromisso. E, mesmo na CPI, onde o mesmo depoente já esteve, também não o fez. Tantas as regras processuais, do Código de Processo Civil, quanto as regras do Código de Processo Penal lhe facultam essa possibilidade, com os fundamentos constitucionais já aqui invocados.

Quero apenas consignar isso.



E, uma vez mais, consigno o agradecimento por ter assinado o termo de compromisso, atendendo ao apelo dos nobres pares.

Início os questionamentos, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Relator, se ele é testemunha, ele é obrigado a assinar o termo.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Primeiro questionamento ao Sr. Leonardo Meirelles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado...

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Não vamos debater o sexo dos anjos!

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Como era o seu relacionamento profissional com o Sr. Alberto Youssef?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perdão, Sr. Relator, pode repetir a pergunta, por favor, que eu...

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Indago a V.Sa.: como era o seu relacionamento profissional como Sr. Alberto Youssef?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia a todos. O meu relacionamento com o Alberto Youssef se deu a partir de 2009, entre 2009 e 2011, 2012, onde do qual eu frequentava quase que diariamente o escritório dele, onde do qual ele me informava sobre recebimentos de pagamentos que advinham de lugares de onde eu não tinha conhecimento até aquele momento, e ele utilizava as minhas contas, das minhas empresas, tanto no Brasil como no exterior. E, por conta disso, inúmeras vezes, o meu relacionamento acabou se tornando praticamente diário no escritório dele.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa. era um operador de pagamentos do Sr. Alberto Youssef?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa. é proprietário de alguma empresa no Brasil ou no exterior? V.Sa. já afirmou que sim. Onde estão essas empresas?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - São três empresas no Brasil: Labogen S.A.; Química Fina e Biotecnologia Indústria e Comércio de Medicamentos Labogen



S.A.; Piroquímica Ltda. E RFY Importação e Exportação, em Hong Kong, e DGX Importação e Exportação, também sediada em Hong Kong, China.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Como eram feitos os depósitos nas contas das suas empresas no exterior?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Das minhas empresas eram formuladas importações fictícias, onde do qual os recursos advinham de Alberto Youssef, os reais no Brasil. Eu confirmava os valores. Não tinha conhecimento do teor e de quem era. E, ao mesmo tempo, eu remetia os valores para o exterior, para as minhas empresas, onde do qual eu repassava a inúmeros fornecedores e clientes de Alberto Youssef.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa. recebeu valores depositados nessas contas no exterior pagos por terceiros a pedido de Alberto Youssef?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim. Inclusive, no assunto de que estamos tratando aqui hoje, em abril de 2012, Alberto Youssef me chamou ao escritório dele, informando que teria um valor de uma monta significativa e maior, que seria algo em torno de 5 milhões de dólares, para o qual havia a necessidade de se formular um contrato de prestação de serviços de uma empresa no exterior para a minha empresa, a RFY Importação e Exportação, na China. Até então não tinha conhecimento de quem era e do que se tratava. Dentro disso, esse contrato foi celebrado, acredito eu que em maio. Mas disso eu tenho documentos, que já estão inclusive anexados tanto na Polícia Federal quanto na Procuradoria-Geral da República, nos termos da minha colaboração — e não sou delator, sou colaborador, perfeito? —, nos quais haveria três transferências, datadas aproximadamente do mês de junho, mês de outubro e do mês de novembro, e que totalizariam...

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - De que ano?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - De 2012. Desses valores, a partir do momento que ele me comunicou sobre esse assunto, eu tive conhecimento, porque eu tive de assinar como proprietário da empresa. Fui até um escritório de advocacia onde foi confeccionado esse contrato com a empresa Vigela Associated, que era de propriedade do Sr. Júlio Camargo, do qual eu tive conhecimento, *a posteriori*, da deflagração das operações. E aí eu tive o conhecimento, porque até então Alberto Youssef não colocava diretamente quem eram os destinatários ou os beneficiários,



não é? E como eram valores maiores, foi obrigado o banco da empresa pagadora no exterior, que era a Vigela, a exigir um contrato para que isso fosse, na verdade, concretizado. Esse contrato foi realizado — eu assinei esse contrato pessoalmente — e foi enviado ao banco. *A posteriori*, no dia 8/6/2012, entrou a quantia de U\$2.349.982,74 na minha conta da empresa RFY Importação e Exportação, no Banco Standard Chartered, em Hong Kong.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Saiu de onde esse...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Saiu da Vigela, da empresa que na verdade contratou o meu serviço fictício.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, a empresa é no exterior. A empresa é uma *offshore*, fora do País. Então, esse crédito, na verdade, foi feito do exterior para o exterior. Não passou nenhum desses valores pelo Brasil, o.k.? Houve um segundo pagamento de U\$2.349.982,74, no dia 28/10, em uma outra conta minha no Banco HSBC de Hong Kong, da empresa RFY também. E, no dia 7 de novembro do mesmo ano, mais uma de US\$400 mil — todas elas em dólares, tá? —, na minha conta do HSBC, também da RFY. Uma vez que esses valores ingressaram, que esses recursos entraram na minha conta, Alberto Youssef me questionou se os valores teriam entrado, se estava tudo certo. Em virtude do montante, do valor da transferência, eu tive que demonstrar para o meu banco, na verdade, a origem dos recursos, de onde advinham e por que seriam. Uma vez esses recursos confirmados na minha conta, eu os transformei, repassei-os a fornecedores no continente chinês. E, conseqüentemente, aqui no Brasil, eu arrecadei os respectivos reais e entreguei no escritório de Alberto Youssef. Isso, pelo valor e pela quantia, não foi... Foi feito em — não sei — 4 ou 5 dias cada transferência dessa, para poder liquidar esse valor, na verdade. Cada uma, algo em torno de 6 milhões de reais. Em uma dessas oportunidades... Desculpa eu ser objetivo, mas as perguntas vão ser direcionadas a isso, e é nisso que nós temos que focar, na verdade, não é? Dentro disso, em uma dessas entregas existia um emissário, uma pessoa que estava aguardando, que era um emissário do Sr. Alberto Youssef que fazia a parte de entrega e estava aguardando para ir para o Rio de Janeiro. Basicamente isso. E eu fiz a entrega. Eu não tinha acesso a quem era, nem por que era. Após ter liquidado esses valores,



aproximadamente uma semana depois, um dia, num almoço, ele comentou de forma informal — o Alberto Youssef — de quem se tratava e para onde tinha ido, para o Rio de Janeiro, e que ele estava atrasado, que ele tinha que terminar logo esse contrato, em virtude de que já era um assunto pendente do passado. Não entrou em detalhes — quem é ou deixa de ser —, e aí, após, eu fui ligando as informações. Eu já prestei depoimento, acredito eu, de minha livre e espontânea vontade, por 47 ou 48 oportunidades, como o doutor colocou, na Justiça Federal no Paraná, na Polícia Federal, na Procuradoria-Geral da República — nesta Casa já estive acho que duas ou três vezes —, então não é uma diferença de... que eu custeei a despesa para estar aqui. Eu estou aqui para... eu não estou aqui para prejulgar, nem acusar ninguém. Só estou colocando fatos que já estão elucidados e concretizados, dentro da minha colaboração perante o Supremo. E, em algumas questões, eu me reservo o direito de sigilo por conta das investigações. Eu não tenho por que falar. Por que eu sei dessa informação toda? Em virtude da delação premiada de Alberto Youssef e da delação de Júlio Camargo. As informações, as datas e os valores eu fui designado e pedi ao Juiz Dr. Sergio Moro, acredito eu que em setembro do ano passado, autorização para ir até meus bancos, na China, e buscar esses documentos. Eu trouxe uma farta documentação que dá materialidade a essas informações que estou falando. Essa minha declaração é baseada em informações concretas, de que eu tenho extratos bancários, eu tenho SWIFTS, os comprovantes do recebimento desses recursos...

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Onde estão essas informações?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Estão todas na Polícia Federal, com o Dr. Moro, aqui na Procuradoria... Estão dentro da minha colaboração, inclusive. São mais de 4 mil informações. Este é um assunto específico, e são vários. Eu vou ser chamado em inúmeras outras oportunidades por outros Parlamentares, que têm foro, e por quem não tem. Foi dividida a minha colaboração, aqui em Brasília e em Curitiba, com a anuência de todos. E, basicamente, o que resume o assunto... Eu tive conhecimento por conta das delações e aí eu vi... O Júlio confirma, não é? E aí eu fui buscar materialidade no meu extrato, na minha conta. E eu busquei essas informações também por livre e espontânea vontade. Eu que as apresentei à Justiça, não foi...



O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O.k. V.Sa. saberia identificar quem fazia os depósitos? Veja, V.Sa. fez um resumo dos fatos, mas eu vou fazer perguntas pontuais...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - ...para nós tentarmos estabelecer um nexa com aquilo que é objeto da investigação.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Como regra, V.Sa. sabia a identidade de quem fazia os depósitos nas suas empresas?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, nunca soube. O Alberto Youssef só me passava valores e me pedia para eu checar as contas tanto no Brasil quanto no exterior. "*Semana que vem vai entrar um valor de 500 mil dólares.*" Eu que olhava. Se tivesse... Não dava para saber...

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa., ao fazer as transferências para outras contas no exterior, sabia para quem se destinavam os depósitos?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - O Alberto Youssef utilizava minhas empresas tanto para receber quanto para pagamentos. Geralmente, ele me entregava só as informações bancárias que eram para ser executadas, somente isso. Eu não sabia de quem era. Geralmente, são empresas, são *offshores*. É muito difícil ter o nome da pessoa física ou... Volto a repetir, são mais de 4 mil operações, então não...

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O.k. V.Sa. tem conhecimento sobre a existência de conta no exterior do Sr. Eduardo Cunha?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Dessas contas localizadas no exterior — V.Sa. já disse que estão na China — saberia precisar os valores transferidos e apontar quando essas transferências ocorreram?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Como eu coloquei no início, foram três transferências, totalizando 5 milhões, 150 mil dólares...

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Três parcelas?



O SR. LEONARDO MEIRELLES - Três parcelas: duas de 2 milhões 349 mil 982 — uma no dia 8/6 e outra no dia 28/10/2012 —, e mais uma de 400 mil, no dia 8/11.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Mas essas transferências...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Eu recebi da Vigela, da empresa do Sr. Júlio Camargo, na minha empresa RFY, em Hong Kong, na China, em dois bancos diferentes.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Não houve transferências dessas contas suas em Hong Kong para contas do representado neste Conselho de Ética?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não. Que eu tenha conhecimento, não. Volto a informar ao Relator: eu já entreguei — e isso está dentro da minha colaboração — aproximadamente... são mais de quatrocentos ou quinhentos SWIFTS de pagamentos das minhas empresas no exterior para beneficiar terceiros, e eu não conseguiria identificar de quem é.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa. disse que não fez transferências das contas em Hong Kong para contas do representado no exterior.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Também disse que não tem conhecimento sobre a existência dessas contas. Como V.Sa. relaciona o envolvimento do representado nesse esquema?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Na verdade, uma semana após, almoçando com o Alberto, e nesse mesmo dia eu vi o Júlio saindo do escritório do Alberto... Fomos almoçar, e ele comentou, informalmente: *“Você nem imagina a pressão que eu estava sofrendo. Graças a Deus eu consegui liquidar aquele assunto daquela transferência grande, que foi lá para o Rio”*. E era do então investigado aqui na ocasião.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Pode falar o nome.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Que eram de Eduardo Cunha os valores dessas transferências — falado por Alberto Youssef. Simplesmente isso.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



O SR. LEONARDO MEIRELLES - Informal, informal. Eu nunca estive com o Eduardo Cunha, eu nunca tive contato, eu não sou operador, como Alberto Youssef, como Júlio Camargo, que tinham contato com as pessoas, que tinham contato com as pessoas do poder público. Na verdade, eu via porque eu frequentava o escritório dele. E muitas de pessoas que frequentavam lá eu tinha conhecimento. É isso.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa. saberia declinar o nome de quem buscou esse dinheiro contigo aqui no Brasil?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Em uma das oportunidades foi o emissário, a pessoa que fazia, na verdade, o transporte para o Rio de Janeiro, que era o Sr. Jayme, que trabalhava para o Alberto Youssef.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Jayme Careca.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Jayme Careca, sim. Em uma das oportunidades: *“Eu estou indo para o Rio. Eu estou indo para o Rio”*. E aí ele pegou a quantia — que não foi de uma vez, foram várias...

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa. esteve recentemente na China, já disse que foi lá para reunir documentos, provas para apresentar às autoridades brasileiras. Questiono V.Sa. sobre se esses documentos estão em poder da Procuradoria-Geral da República.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito. E com o Dr. Moro também.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - E esses documentos estabelecem o nexos entre a saída desse capital que, no total, chega aos 5 milhões e a destinação final?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Eles comprovariam...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Inclusive tem o extrato bancário do Sr. Júlio Camargo — o sigilo dele, na verdade —, comprovando a saída da conta dele. E eu tenho no meu extrato a entrada dos recursos.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa. pode colocar também à disposição do Conselho de Ética?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Posso, posso, sem problema nenhum.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Há alguma informação relevante?



O SR. LEONARDO MEIRELLES - Só ratificando: desde que o Supremo autorize, dentro do sigilo.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Já está em...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Já está em fase de homologação. Pela informação que temos dos Procuradores da República, já está homologado o meu acordo e, por conta disso, vai se tornar público automaticamente.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - De forma objetiva...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Espontânea.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - ...indago a V.Sa. se há alguma informação relevante sobre este caso, algo que V.Sa. gostaria de passar ao Conselho.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não. O que tenho, especificamente, são esses valores, o que entrou e que eu confirmei com as declarações do Júlio e do Alberto Youssef.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O.k.

Sr. Presidente, eu não tenho mais perguntas.

Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Indago se o advogado de defesa tem alguma pergunta. *(Pausa.)*

O SR. MARCELO NOBRE - Obrigado, Presidente.

Eu só queria que o delator depoente soubesse que os fatos aqui discutidos não dizem respeito... V.Sa. disse que esclareceria os fatos aqui discutidos, mas não existe essa discussão aqui. Os Deputados deste Conselho não admitiram e não aprovaram a imputação da representação sobre vantagem indevida. Aqui se discute outra coisa: se V.Sa. sabia do depoimento do Deputado na CPI, se ele mentiu; se a declaração de renda do aqui representado é falsa ou não. Essas as duas imputações que estamos aqui no processo a discutir — as únicas! E V.Sa. disse que viria esclarecer imputações deste processo, mas não dizem respeito ao que V.Sa. disse.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Apenas estou atendendo a um convite. É apenas isso.



O SR. MARCELO NOBRE - Então, o convite a V.Sa. é para esclarecer se V.Sa. sabe... Esta é a minha pergunta: V.Sa. sabe se o representado mentiu na CPI?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não sei responder.

O SR. MARCELO NOBRE - V.Sa. sabe se, na declaração de renda do representado, existe alguma falsidade ou omissão de alguma coisa, de alguma conta?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não sei responder.

O SR. MARCELO NOBRE - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Bom, Srs. Deputados, eu tenho uma lista de inscritos.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - V.Exa. pode, por favor, falar a ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - É exatamente o que vou fazer: Deputados Onyx Lorenzoni, Leo de Brito, Nelson Marchezan, Valmir Prascidelli, Carlos Marun, Sérgio Moraes, Betinho Gomes, Subtenente Gonzaga...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Wellington Roberto...

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Foi alterada a ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não, não foi alterada ordem nenhuma.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Nelson Marchezan eu já li o nome, foi o terceiro. A ordem é: Onyx Lorenzoni, Leo de Brito, Nelson Marchezan...

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Sr. Presidente, permita-me só dizer que, quando cheguei aqui, pedi a inscrição para a Secretária. Ela achou que era para uma questão de ordem e não me inscreveu. Depois eu peguei a lista e me inscrevi em segundo, depois do Deputado Onyx Lorenzoni.

Acho que seria importante organizarmos os trabalhos, para que ficasse transparente, porque, senão, pode gerar expectativas e confusão.



Eu nem estou brigando pela ordem, nem reclamando da Secretaria, mas seria bom organizarmos os trabalhos, senão vira uma confusão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, deixe-me explicar a V.Exa. A Secretária fez uma lista das pessoas que estavam falando naquele momento em que os Deputados estavam se inscrevendo. Depois que eu fiz um apelo para que os Deputados não falassem e começássemos com o depoimento, ela confeccionou uma nova lista, na qual entraram os Deputados Onyx Lorenzoni e Leo de Brito. Foi quando V.Exa. passou de segundo para terceiro. Não vejo prejuízo nenhum a V.Exa.

A seguir vêm: Valmir Prascidelli, Carlos Marun, Sérgio Moraes, Betinho Gomes, Subtenente Gonzaga, Wellington Roberto, Laerte Bessa, Júlio Delgado, Sandro Alex, Paulo Azi...

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever, Fausto Pinato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - ...e Zé Geraldo.

Agora, inscreveu-se Fausto Pinato.

Os não membros inscritos são Chico Alencar e Alessandro Molon.

Então, vamos começar com a lista. Como foi acordado, serão 5 minutos para cada Deputado.

Deputado Onyx Lorenzoni, V.Exa. é o primeiro inscrito.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, V.Exa. vai abrir a contagem do tempo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Já está aberto, Deputado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Está bem.

Sr. Leonardo, eu tive a possibilidade de conversar com o senhor lá na CPI da PETROBRAS. E o que eu entendi de tudo o que eu li a seu respeito nos depoimentos — eu tive acesso aos autos da Operação Lava-Jato — é que o senhor tinha como atividade, antes da aquisição da Labogen, essas operações, através de empresas suas, de transferências de créditos, principalmente no exterior, que foi o que originou o contrato com essa Vigela, do Sr. Júlio Camargo. Quer dizer, era uma operação que o senhor estava fazendo e que tinha como razão o poder das suas



empresas de fazer a transferência desse recurso para terceiros. Aí o senhor era comissionado pelo Sr. Alberto Youssef. Essa era a sua vantagem nessas cooperações. Então, eu tenho que ser objetivo aqui.

Primeiro, nas operações no exterior, o senhor transferiu alguma coisa para alguma conta do Deputado Eduardo Cunha? Responda sim ou não.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Que eu tenha conhecimento, não. Como disse à Mesa, ao Relator, eu já entreguei à Justiça...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sim.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - ...aproximadamente mais de 120 beneficiários que eu não tenho conhecimento de quem seja. O trabalho de investigação é a Procuradoria que está fazendo, a Polícia Federal. Então, a princípio, não.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Com o conhecimento seu, não.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, não.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Mas como as contas eram do...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Do Júlio Camargo, sim; da Vigela, sim.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sim, sim, sim. Mas como as contas para as quais o senhor transferia eram *offshores*, e elas têm nomes avulsos...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Exato.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI ...poderia eventualmente ser ou não. É isso?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, nesse caso, não.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Nesse caso, não?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Com conhecimento, não?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, com conhecimento.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Tá.

A outra pergunta que eu tenho para lhe fazer é a seguinte: os 5 milhões de dólares que foram transferidos da conta do Sr. Júlio Camargo para suas contas em Hong Kong, voltaram para o Brasil, numa operação tipo dólar-cabo, em reais?



O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito, em reais — 100%.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Ah, então foi uma operação dólar-cabo e voltou ao Brasil...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Eu entreguei os reais...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - ...em reais, é isso?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - ... no escritório do Alberto Youssef.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Ao câmbio do dia, é isso?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Isso.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Que é o usual nas operações de doleiros.

Desses recursos que vieram de lá, o senhor tem uma suspeita, uma certeza ou uma garantia de que uma parcela desses recursos foi para o Rio de Janeiro e cujo destinatário final seria o Deputado Eduardo Cunha?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não tenho essa informação. O tópico que eu coloquei é: a informação veio de Alberto Youssef — ponto. É só isso. Não tenho certeza.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Alberto Youssef...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Comentou comigo: “*Essa transferência...*”

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - ...comentou que fez uma transferência para o Rio de Janeiro ou especificamente para essa pessoa?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Tinha que liquidar esse valor de maior monta. Isso não foi feito em um dia, foi feito em...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Evidentemente, até pelo volume da operação.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Foram 4, 5 dias.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Certo.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Quando ele terminou, foi levado para o Rio de Janeiro. E, depois de alguns dias, ele comentou comigo. Apenas isso.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sim, ele comentou que a entrega foi no Rio de Janeiro ou que a entrega foi para alguém ligado ao Sr. Eduardo Cunha? Essa é uma pergunta relevante.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Foi num condomínio na Barra da Tijuca.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - E o entregador foi o...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - O Jayme.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O Jayme Careca.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Certo.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Apenas isso. Ele não colocou...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sim, mas quando ele comentou isso com o senhor, ele não disse objetivamente que era o A, ou o B ou o C?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Disse que era Eduardo. Sim. Disse, sim, num almoço, informalmente — de uma forma informal.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não, espera aí, gente! Eu só quero saber, porque o meu papel aqui é perguntar...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - ...e o do Sr. Leonardo é responder.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Alberto Youssef me colocou, de forma informal, num almoço, que esses valores eram para entrega ao Deputado Eduardo Cunha — ponto. É isso.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Está bem.

Sr. Presidente, do ponto de vista da investigação do Conselho de Ética, essa é uma informação que eu julgo relevante e dou por encerrada a inquirição do Sr. Leonardo Meirelles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Com a palavra o Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, saúdo a testemunha, o Sr. Leonardo Meirelles.

Primeiro, quero dizer que eu tenho sido crítico à forma como a Mesa Diretora, conduzida pelo Presidente desta Casa, tem tratado o Conselho de Ética, tentando bloquear a sua atuação.

Obviamente que as perguntas que foram feitas, tanto pelo Relator como também pelo Deputado Onyx, que me antecedeu, trazem informações gravíssimas a



respeito do envolvimento do Presidente desta Casa em situações relacionadas a crimes apurados na Lava-Jato, mas me vejo aqui também na necessidade de manter uma coerência, uma correção no que diz respeito ao objeto de que nós estamos tratando aqui no Conselho de Ética.

Digo isso porque eu tenho sido um crítico muito forte, sobretudo dos Deputados da Oposição, em relação ao processo de *impeachment* da Presidenta Dilma. Nós estamos ali tratando de dois fatos unicamente: as chamadas pedaladas relacionadas ao Plano Safra e os chamados decretos de crédito suplementar. São tão somente esses fatos. Obviamente, a Comissão Especial do Impeachment vai ter que tratar sobre esses fatos.

Não retirando a gravidade do que foi falado aqui pelo Sr. Leonardo Meirelles em relação ao representado, e isso vai ser corroborado também por outros colaboradores, eu vejo que nós temos que avaliar e investigar, neste momento, no Conselho de Ética, é exatamente o que foi delimitado pelo que foi aceito no momento em que nós admitimos o processo ético-disciplinar contra o representado.

A pergunta que eu vou fazer — e ela vai ser repetitiva, porque nós precisamos esclarecer isso — diz respeito ao fato que aconteceu — eu estava lá na CPI, junto com o Deputado Ivan e outros Deputados — na CPI da PETROBRAS, quando o Presidente desta Casa afirmou de maneira categórica que não tinha contas no exterior. Isso foi afirmado de maneira categórica e está delineado na admissibilidade do processo.

Hoje saiu uma notícia na *Folha de S.Paulo*, e eu gostaria que o senhor dissesse se ela é verdadeira ou não. O título da matéria é o seguinte: *Doleiro vira delator e afirma ter novas provas contra Eduardo Cunha*. Esse “doleiro” diz respeito a V.Sa. E, num determinado momento, a matéria diz o seguinte: “Os documentos mostram que os US\$ 5 milhões saíram de banco chinês com que o doleiro trabalhava” — V.Sa. já confirmou isso aqui — “e foram depositados em contas na Suíça que seriam de Cunha, segundo Haroldo Náter, advogado de Meirelles”.

V.Sa. confirma essa informação?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Das contas na China, sim; transferência para a Suíça, não. Na verdade, eu acho que a *Folha de S.Paulo* reproduziu de forma errada.



O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Bem, Sr. Presidente, seria esta a indagação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Com a palavra o Deputado Nelson Marchezan.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Sr. Presidente, eu vou tentar ser objetivo também nas perguntas ao Sr. Leonardo Meirelles.

Eu acho que V.Sa. já se manifestou sobre isso aqui, mas apenas para confirmar: a sua remuneração era por percentual dessas transferências, dessas negociações? Como era a sua remuneração, era dessa forma?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito. A remuneração era de 1% do valor bruto.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Um por cento do valor bruto dessas transferências.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - O Sr. Eduardo Cunha apareceu apenas nessa conversa em um bar, em um café com o Youssef.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Quais os outros nomes da política nacional que apareceram nessas conversas com o Sr. Youssef?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Nobre Deputado, infelizmente eu não posso responder, por conta do sigilo do meu acordo. No momento oportuno, se eu for convidado novamente, eu vou poder esclarecer, até porque esse tema vai se tornar público.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Mas existem outros políticos que apareceram nessas conversas?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Senão, a Procuradoria não teria interesse de fazer um acordo de colaboração comigo.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - O.k. E o nome de Eduardo Cunha aparece exclusivamente nessa conversa com o Youssef, só em uma conversa, uma única vez?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Informal.



O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Informal. O.k.

O senhor sabe exatamente o motivo desse suposto repasse de valores ao Deputado Eduardo Cunha? Qual o negócio que envolvia isso? Era uma retribuição a quê? O que o Deputado Eduardo Cunha estava dando? O que gerou esse benefício financeiro? O senhor ouviu falar também nessa conversa?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não ouvi, nobre Deputado, até porque eu não sou operador. Eu não tinha contato com as pontas, com as partes. O Alberto Youssef só me colocava valores, e esses valores eu conferia e executava o que ele me pedia. Apenas isso.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - O senhor também tinha uma relação com o Sr. André Vargas e o senhor fala de outros políticos, o senhor fala que aparecerão outros nomes. O senhor acha ou o senhor sabe ou o senhor tem alguma informação que poderia nos levar a crer que toda essa quadrilha envolvendo a PETROBRAS, toda essa quadrilha envolvendo fundos, toda essa quadrilha que envolve Ministérios deste Governo, toda essa quadrilha que envolve agentes políticos, seja em cargos eletivos, seja em cargos no Judiciário, seja em cargos no Tribunal de Contas, seja em cargos no Executivo, nos Ministérios, é uma mesma quadrilha? Ou seja, são recursos desviados, e essa quadrilha tem ramificações? O senhor poderia dizer, pelas conversas que o senhor teve, que é a mesma quadrilha que está envolvida com a PETROBRAS, caso que envolve vários partidos, ou seriam negócios isolados?

Parece-me que, se envolve os mesmos diretores, se envolve o André Vargas, estamos falando de uma megaquadrilha para saquear recursos da PETROBRAS, de Ministérios, etc., que envolve todas essas pessoas. E, no caso, se as suas afirmações forem verdadeiras, o Deputado Eduardo Cunha faria parte desse quadrilhão do Governo Federal.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Na verdade, as investigações estão em curso. Não sei responder ao nobre Deputado em relação a quadrilha. Volto a repetir: eu só, na verdade, recebia informações de valores, e todos esses valores — repito, são mais de 4 mil informações de recebimentos e pagamentos no exterior e no Brasil —, todos eles, de alguma forma, oriundos de propina. Agora, de quem é e por



que é, a investigação está fazendo o trabalho dela. Eu sou apenas um colaborador. Entreguei os documentos que materializam essas informações que estou prestando.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - O senhor já fez repasses para a Suíça, para contas em bancos suíços?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - O senhor lembra de ter feito repasse para a empresa chamada Penbur Holdings?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Volto a dizer, nobre Deputado: são mais de 130 informações. Eu faltaria com a verdade ao afirmar isso agora aqui no plenário. As informações todas estão na Procuradoria, e aí, na verdade, não sei lhe dizer. Mas há muitas informações lá, e o cruzamento dessas informações vai poder dar a resposta ao nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - No que tange aos interesses deste Conselho de Ética, com referência ao Eduardo Cunha, o senhor está proibido de entregar os documentos ao Conselho de Ética, pela sua delação, pelo seu acordo?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, na verdade, é o Supremo. As informações estão lá, as investigações estão em curso.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - O senhor pode trazer esses documentos para cá?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Eu preciso verificar.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - O.k.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Na verdade, eu preciso só verificar com o Supremo. Não teria problema nenhum, até porque eu já relatei e informei a todos os órgãos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder, porque vou ter que me retirar.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Permite-me só concluir?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pois não.



O SR. LEONARDO MEIRELLES - Pela minha pessoa, pela minha espontaneidade não teria problema nenhum. É só questão de ordem jurídica mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Ivan Valente, V.Exa. está pedindo a palavra como Líder, é isso?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Existe isso, Presidente? Existe isso em... Presidente, é um questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Na fase da oitiva não figura a concessão da palavra como Líder. V.Exa. se inscreva como Deputado não membro, e não como Líder. Na oitiva não há privilégio para Líder.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, não tem sido esse o procedimento até agora que nós adotamos aqui. É a primeira vez que V.Exa. está tomando esse procedimento. Eu acho que, regimentalmente, o Líder fala em qualquer sessão, requisitada a palavra, em qualquer sessão. V.Exa. poderia ler o Regimento, para eu saber em que está baseado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Ivan Valente, nós não estamos aqui numa sessão do Conselho de Ética. Nós estamos numa oitiva, para que fale o convidado e o Relator faça perguntas. Nós estamos franqueando a palavra aos Deputados para que façam perguntas. V.Exa. se inscreva como Deputado, para fazer pergunta.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Tudo bem. Mas eu posso não fazer pergunta como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não cabe neste instante...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu quero entender qual é o artigo do Regimento em que V.Exa. está se baseando para não dar a palavra para o Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu vou inverter a pergunta: em que artigo V.Exa. está se baseando para pedir a palavra como Líder numa oitiva?



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - No artigo que diz que, a qualquer momento, no plenário ou nas Comissões, o Líder pode usar a palavra. V.Exa. sabe que existe esse artigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Mas nós não estamos nem no plenário nem em sessão de Comissão, nós estamos numa oitiva.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É em qualquer sessão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É em qualquer sessão.

Eu peço que a assessoria da Mesa responda, então, qual é o artigo do Regimento que está vetando a palavra ao Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Permita-me, Deputado, prosseguir, enquanto a Mesa vai procurar.

Deputado Valmir Prascidelli, V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobre depoente, advogado, muitas vezes, neste Conselho de Ética acabamos exacerbando um pouco na disputa política, o que é natural nesta Casa. Mas neste caso, especificamente, pela sua dimensão, pela sua complexidade e pela sua exclusividade, até, porque se trata do Presidente desta Casa, em vários momentos essa questão ficou mais evidenciada.

Nós muitas vezes deixamos de considerar — e digo nós por uma generosidade, porque não são todos os Deputados, e eu não me incluo nisso — o nosso papel efetivamente para fazer luta política e até, muitas vezes, para misturar os temas com a conjuntura política que nós estamos vivendo, em razão de uma parcela querer tomar o poder de assalto. Uma parcela dos partidos quer tomar o poder de assalto, utilizando-se das mais diversas artimanhas para isso.

Eu penso que o nosso papel aqui, Deputado Sandro Alex, senhor depoente, tem que ser o papel de uma Comissão que quer apurar um fato que é de bastante relevância e que diz respeito a um Deputado, a um dos 513 Deputados desta Casa. E nós precisamos exercer esse papel da melhor forma possível, dentro dos parâmetros e dos preceitos constitucionais e do Regimento desta Casa.

Há uma denúncia contra o Deputado Eduardo Cunha nesta Casa, ou neste Conselho, que diz respeito fundamentalmente a duas questões: ele ter mentido ou



omitido um fato, na CPI, na Comissão que investigava a PETROBRAS, quando disse que não tinha contas no exterior; e ele ter recebido vantagens indevidas e eventualmente não ter declarado essas vantagens, ter sonegado recursos.

Nós precisamos tratar, portanto, desses fatos, sem avaliações políticas, etc. Como dissemos no início destes trabalhos, esse processo deveria ter prosseguimento exatamente para termos essa oportunidade.

Confesso, nobre depoente, que ouvindo V.Sa... Eu queria entender um pouco melhor, para podermos saber se há razões claras para esta denúncia.

V.Sa. diz que recebeu, através de transferência da empresa Vigela, em torno de 2 milhões e 300 mil dólares, parece-me que em abril; depois outra parcela em outubro; e depois uma outra parcela em novembro, de 400 mil dólares. Arredondando, isso dá uns 5 milhões de dólares, que é o que se diz, hipoteticamente, que o Deputado Eduardo Cunha recebeu.

Eu queria que V.Sa. dissesse se essas transferências foram trazidas efetivamente para o Brasil, se foram transformadas em reais aqui e entregues para um emissário, no Rio de Janeiro, que V.Sa. apontou como sendo o Sr. Jayme Careca. V.Sa., em nenhum momento, disse que entregou dinheiro ao Deputado Eduardo Cunha.

Eu queria também que V.Sa. dissesse se tem conhecimento de que o Deputado Eduardo Cunha tenha alguma conta no exterior. O senhor disse que tem em torno de 130 contas no exterior para as quais V.Sa. fazia transferências. Há algum conhecimento de V.Sa. de que alguma dessas contas possa ser do Deputado Eduardo Cunha? Foram apontadas em matérias jornalísticas algumas dessas contas?

Por último, essa documentação que V.Sa. diz que tem, nós a estamos solicitando. O Relator já solicitou tanto ao Supremo Tribunal Federal quanto ao Ministério Público Federal esses documentos, para que a gente possa fazer esse cruzamento.

Então, eu queria que V.Sa. pudesse falar sobre essas duas questões, para que a gente possa fazer nosso juízo de valor.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito. Em relação aos dois valores, as três transferências que totalizam 5 milhões de dólares foram transformadas em reais



e entregues no escritório do Sr. Alberto Youssef, em São Paulo. Como eu já coloquei anteriormente, isso foi feito em vários dias, não foi em uma vez só, e numa dessas oportunidades tinha uma pessoa aguardando, que era o Sr. Jayme, que estava indo para o Rio de Janeiro. Ponto.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - O senhor não sabe se foram todas elas para o Sr. Jayme?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não sei dizer, mas sempre tratavam como o assunto do Julinho — *“Aquele assunto do Julinho, você tem ideia de quando vai terminar?”*. Sempre o Alberto... A nossa comunicação diária era em relação a isso, porque era uma monta maior, e você não conseguiria solucionar isso em 24 horas, perfeito? Em relação às contas na Suíça e aos documentos, isso a investigação está apurando. Eu não sei... A minha parte como colaborador foi trazer os extratos com a movimentação completa dos 4 anos de movimentação, e todos os documentos pertinentes às entradas e todos os pagamentos, tanto recursos advindos do exterior quanto o que eu paguei para o exterior. Dentro disso, eu não tenho conhecimento nem por notícias da imprensa, nem por algo do gênero de que uma dessas contas *offshores* seja de propriedade do Sr. Eduardo Cunha. Eu não tenho conhecimento. Eu realizei muitas delas, mas eu não saberia... Eu faltaria com a verdade. Qual foi a última pergunta — desculpe-me, nobre Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Acabou o tempo de V.Exa.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Só para terminar de responder a ele. Tem mais uma parte.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - V.Sa. disse que não tem conhecimento se alguma dessas contas é de posse do Deputado Eduardo Cunha...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Se é de posse, não posso afirmar isso.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - ...e se, nesse caso, a declaração dele na Comissão Parlamentar de Inquérito procede ou não. Portanto...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não procede, não sei. Não vou saber responder.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Ivan Valente, o Regimento é omissivo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não é omissivo. Está no art. 10 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não fala diretamente em oitiva.

Eu queria fazer um apelo a V.Exa...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nós vamos perder mais tempo, Sr. Presidente, porque o PSOL não tem nem representante aqui, e ele é autor da representação.

V.Exa. vai perder 3 minutos debatendo o Regimento? Eu estou com o Regimento aqui em mão. Refiro-me ao art. 10 do Regimento Interno. V.Exa. perde mais tempo com isso do que fazendo uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Esse é o problema. Se nós formos discutir isso, nós vamos perder mais tempo. Como prevê o Regimento, eu vou conceder os 3 minutos a V.Exa. como Deputado não membro. Se eu for lhe conceder a palavra como Líder, terei de fazer o mesmo para todos os Líderes.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Apenas indago a V.Exa. se ele vai poder fazer perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Como Líder, não, mas, como Deputado não membro, pode até fazer.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Depois, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, o Regimento diz o seguinte: *“Em qualquer tempo da sessão, os Líderes, pessoalmente ou mediante delegação escrita a Vice-Líder, poderão fazer comunicações destinadas ao debate em torno de assuntos de relevância nacional”*.

Isto não é uma sessão, é uma oitiva, mas, como eu já tinha dito...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Nós somos acusados aqui de estar protelando os trabalhos, mas V.Exa. percebe que, quando começa a andar a sessão, alguém que se diz contra o Cunha sempre inventa alguma coisa para atrapalhar?



Então, que fique bem claro que não é o grupo dito que está atrapalhando. São sempre aqueles que, quando a reunião está andando, metem um calço na frente. É a tropa de choque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, para economia de tempo...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Essa acusação é muito grave, Sr. Presidente. Como eu fui citado, quero mais 1 minuto para falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Ivan...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Como a acusação é muito grave, eu peço 1 minuto como direito de resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, por favor!

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - V.Exa. não foi citado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Fui citado, sim, nominalmente.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Não tem protelação em uma sessão como esta, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Ivan Valente, vou conceder 3 minutos a V.Exa., como Deputado não membro da Comissão, não como Líder, por ser autor da autor da representação.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu fui da CPI da PETROBRAS, e nós ouvimos o Sr. Leonardo Meirelles. Na época, nós fizemos lhe essas perguntas, e ele, Leonardo Meirelles, respondeu o seguinte: *“Eu estou em fase de fazer uma delação premiada e não posso falar sobre determinadas questões”*.

Agora V.Sa. pode falar sobre tudo, certo? Então, eu queria começar pela seguinte questão...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Ele não pode perguntar, Sr. Presidente. É questão de ordem. Ele não pode perguntar. Eu estou inscrito na frente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu estou falando.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - V.Exa. não pode chegar e tomar conta da sessão!

Sr. Presidente, V.Exa. não pode permitir isso.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu quero ler a denúncia da PGR aqui, Sr. Presidente. Peço a V.Exa. que desconte isso do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu peço aos Deputados para economizarem tempo e não discutirem se pode ou não. Eu concedi ao Deputado Ivan Valente 3 minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Eu estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu sei, Deputado. Eu pedi a V.Exa. que me permitisse conceder 3 minutos ao Deputado não membro, para evitarmos esta discussão protelatória.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Então, quer dizer que ser membro titular não tem valor aqui?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Tem, Deputado. V.Exa...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Eu não concordo. Fica registrado o meu protesto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Ele é autor da representação.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - E nós somos titulares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, V.Exa. é um homem de bom senso. Tenho V.Exa. como um homem de bom senso. Peço a V.Exa. a condescendência de permitir que isso aconteça.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Obrigado, Deputado. Deputado Ivan Valente, por favor, conclua.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu queria aqui ler para o Sr. Leonardo Meirelles um trecho da análise da PGR.

De acordo com a PGR, *“em sequência, quantias correspondentes ao primeiro depósito, 2 milhões e 350 mil dólares, foram entregues por Leonardo Meirelles, em espécie, ao escritório de Youssef no Brasil, que se encarregou de repassar os valores para os destinatários finais, quais sejam: o denunciado Eduardo Cunha”* — isso está escrito na denúncia da PGR — *“e Fernando Baiano”*.



O senhor pode me esclarecer se conhece o Sr. Fernando? O senhor falou que não conhecia o Eduardo Cunha, mas o senhor conhece o Fernando Baiano?

Não é verdade que o senhor não o conhece, porque, na ata da CPI da PETROBRAS, o senhor falou que o conhecia de vista. É uma contradição. Então, eu peço a V.Sa. que esclareça essa questão.

A segunda questão é a seguinte: o Sr. Júlio Camargo é uma figura... Inclusive, V.Sa. almoçou com ele, almoçou com o Youssef. Nós tentamos trazer o Sr. Júlio Camargo e o Sr. Jayme Careca várias vezes para a CPI da PETROBRAS, e não conseguimos. Isso foi bloqueado.

Eu queria que V.Sa. descrevesse qual é a sua relação com Júlio Camargo. V.Sa. pode afirmar que, com todo o dinheiro que trouxe da China e com todos os extratos, nunca ouviu o Sr. Júlio Camargo ou o Sr. Youssef falar que eram depósitos do Sr. Eduardo Cunha?

Eu acho isso bastante improvável. Perdoe-me, eu acho que é improvável, porque V.Sa. era um frequentador assíduo do escritório do Sr. Youssef. Então, eu pediria que V.Sa. esclarecesse essa questão, dizendo se ouviu falar que eram contas do representado na Suíça, as contas vindas da China, porque a PGR já viu isso aqui.

Eu acho isso difícil. V.Sa. está falando que a matéria da *Folha* de hoje não é correta, mas eu quero saber por que ela não é correta e por que o advogado, então, confirmou isso.

A última pergunta, que não é pergunta, mas um questionamento: V.Sa. foi ameaçado, em algum momento, nesse processo?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Nobre Deputado Ivan, acredito que o senhor esteja confundindo um pouco as informações. A informação me foi relatada de forma informal por Alberto Youssef — dentro do meu depoimento na PGR como colaborador e não como delator. Quando você transcreve sobre algum um assunto ou sobre algum recebimento ou pagamento, você tem que elencar o assunto que seja pertinente. É só por esse motivo que está na declaração que eu encaminhei, que coloquei o nome de Eduardo Cunha e de Fernando Baiano, porque o assunto, volto a dizer, me foi direcionado. E tive conhecimento após de que tanto de Júlio Camargo quanto de Alberto Youssef que seriam oriundas as transferências desses



recursos da empresa Vigela, de Júlio Camargo. Mais uma resposta para uma pergunta do nobre Deputado: eu não tenho amizade e não tenho conhecimento com Júlio Camargo. Eu o vi algumas vezes no escritório do Alberto, sei quem é, mas não tenho contato, nunca fiz negócio com ele. O direcionamento sempre foi com Alberto Youssef, especificamente. Finalizando, volto a dizer mais uma vez que o assunto da transferência desses 5 milhões de dólares me foi comentado informalmente por Alberto Youssef no almoço. Ponto. Eu e Alberto Youssef, mais ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - O próximo orador inscrito é o Deputado Carlos Marun.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Faltou a questão sobre a ameaça, a que o senhor não respondeu.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Aí não! Pelo amor de Deus! Isso é demais!

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - O Deputado Carlos Marun tem a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Preliminarmente, eu quero colocar a seguinte questão: o Deputado Prascidelli erra quando diz que estamos aqui analisando mentira ou omissão frente à CPI da PETROBRAS e vantagem indevida.

O relatório aprovado por esta Comissão, ao qual deveriam se ater o Presidente, o Relator e todos nós, está analisando uma mentira ou uma omissão. Até concordo que, com o surgimento de provas robustas — provas —, poderia até ser alterado, mas não é o caso.

E aí eu volto à questão da gravidade do que está acontecendo nesta reunião, que não deveria ter acontecido — ela não deveria ter acontecido. Simplesmente, isto está servindo para um ato de pirotecnia, porque desde ontem vem sendo noticiada viagem secreta a Curitiba. Na CPI, para todas as viagens que se fez a Curitiba, o Presidente e o Relator convidaram os membros. E eu, pelo menos não me recordo, não fui convidado para essa visita.

(Não identificado) - Nem eu.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Alguém mais foi? *(Pausa.)* Não.

Então, isso está servindo para um noticiário nefasto. Inclusive estão sendo mal colocadas as palavras do advogado do depoente, no sentido de estar servindo à



disputa política que acontece nesta Casa, que é basicamente entre os pró e os contra o *impeachment* neste momento.

Mas o Relator, o Presidente — quem sou eu? — e quem mais esteve nessa visita a Curitiba, que hoje se mostra que só serviu para turismo, deveriam ter antes consultado o depoente para saber se ele tinha alguma prova robusta, para evitar que viesse aqui tomar o nosso tempo num momento efetivamente indevido. Eu quero discutir isso na próxima reunião do Conselho. Nós não podemos permitir que o Conselho se preste a isso. A disputa pró e contra o *impeachment* está sendo feita lá. Aqui, nós temos que buscar as provas de que o representado tem conta... Repito: prova — eu não preciso relatar aos senhores que delação premiada não é prova. O próprio Procurador Janot já afirmou isso, o próprio Supremo Tribunal Federal já pacificou isso.

Então, nós não podemos, efetivamente, continuar nos prestando a ser copartícipes de um ato de pura pirotecnia, porque a pirotecnia aconteceu: está hoje na *Folha*, estará em vários órgãos da nossa imprensa amanhã. Vai estar dito e demonstrado que ele diz que não sabe e nunca nem ouviu falar que Eduardo Cunha tinha ou não tinha conta. É isso que vai para a imprensa? Não é. Nós nos preocupamos com isso, e eu chamo a atenção da responsabilidade de todos nós neste momento.

Quanto às perguntas, eu quero dizer o seguinte ao depoente: não vai da minha parte nada contra o senhor: o senhor está aqui no processo, foi convidado e veio. Foi convidado e veio. Não deveria ter sido convidado, deveria ter havido o cuidado, por parte daqueles que conduzem este processo, de não lhe fazerem esse convite. Deviam ter perguntado: “O senhor tem uma prova?”, “Não, não tenho”. Então, veio fazer o que aqui? — desculpe-me, mas é a pergunta que eu lhe faço. Nós estamos tomando o seu tempo indevidamente. Estamos tomando o seu tempo indevidamente.

Esta sessão não deveria ter acontecido. Vamos tratar disso na outra reunião. Não precisamos tratar disso na frente do depoente. Na próxima reunião do Conselho, eu quero trazer de uma forma mais formal a minha queixa contra o que aconteceu, contra este teatro, este espetáculo pirotécnico que acontece hoje aqui.



Eu tenho CPI agora, e não posso estar lá porque estou aqui. Não é possível que isso aconteça. Peço que não se repita. Vamos tratar disso no momento adequado.

Praticamente todas as perguntas que eu tinha a fazer o senhor respondeu. Eu ia perguntar se o senhor conhece Eduardo Cunha — não conhece; se sabe se tem conta — não conhece; se já viu... A única pergunta que lhe faço, que ainda ficou: o senhor disse que é proprietário, como empresário, do laboratório Labogen.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Existe uma notícia que circulou em relação ao Deputado André Vargas, que já está pagando seus pecados — se houve pecados, e me parece que houve, está pagando. Ele é seu sócio, o Deputado André Vargas, no laboratório Labogen? O senhor pode me dar essa informação? O Deputado André Vargas, liderança forte do Partido dos Trabalhadores... É só essa pergunta que eu lhe faço.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Nobre Deputado, na verdade houve uma negociação junto à minha empresa, que tinha um grupo político que estava envolvido com os investidores. Eu tive contato, como já coloquei nesta Casa inclusive, em algumas oportunidades aqui... Honestamente, eu não sei dizer.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Não sabe, até porque não é pecado...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, não... Tive contato sim, é obvio, e me ajudou bastante, muito pelo contrário. Mas, efetivamente, nas cotas sociais da minha empresa, não. É isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Positivo. Muito obrigado. Não interprete esta nossa, digamos, determinação... Grosseiro eu não fui com o senhor, fui? Fui grosseiro com o senhor? *(Pausa.)*

Não. Está bom. Então, não interprete nossa determinação como qualquer aspecto de desafeto pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - É o jeito de V.Exa.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Esse é o nosso jeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Sérgio Moraes, primeiro quero agradecer a V.Exa. ter atendido ao pedido que fiz a V.Exa. de deixar o Deputado Ivan Valente falar antes, para nós não tumultuarmos e não



criarmos nenhum problema. Eu lhe agradeço e passo a palavra a V.Exa. pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Sr. Presidente, na verdade, eu reclamei porque alguns Deputados aqui são chamados de tropa de choque do Cunha, mas esses Deputados, na verdade, querem que os trabalhos andem. Quando estão andando, o grupo que se diz contra Cunha entra em desespero e começa a tumultuar para protelar e ganhar mais espaço na mídia, como se eles fossem os bons e os demais fossem os ruins.

Quero fazer a seguinte pergunta ao depoente: V.Exa. foi remunerado, foi contatado, foi procurado ou foi solicitado pelo Deputado Eduardo Cunha para que viesse aqui hoje?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Nunca.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Não foi?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não fui.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Porque está parecendo.

V.Exa., quer dizer, o senhor — não vou chamá-lo de V.Exa., porque aqui esse termo cabe aos Deputados —, V.Sa... Em Curitiba, no dia 4 de fevereiro de 2015, os advogados do Youssef, o Dr. Antonio Augusto Figueiredo Basto e outros, disseram que lhe acusam, que V.Sa. acusa publicamente sem provas. Isso confere? Esse depoimento aqui que...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Tanto não confere que foi indeferido o pedido dele algumas vezes. E, se eu não tivesse materialidade e documentos suficientes para que fosse realizado o acordo de colaboração premiada, a Procuradoria não o teria feito, em 2016, comigo.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Outra pergunta. Deixa-me muito surpreso o fato de V.Sa. chegar aqui e alegar que só ouviu falar, que ligou as informações, ou seja, não trouxe absolutamente nada de concreto para nós. E me surpreende que V.Sa. tenha pagado a passagem para vir aqui para não dizer absolutamente nada. V.Sa. veio aqui buscar uma mídia, veio aqui aparecer como um bom garoto, como aquele que se propõe a esclarecer e resolver os problemas do mundo? O que V.Sa. veio fazer aqui?



O SR. LEONARDO MEIRELLES - Estou fazendo o meu papel como cidadão e tentando passar essa história a limpo. Só estou colocando a verdade. E o financiamento da minha vinda não é o primeiro. Como eu já coloquei no início, eu já fiz aproximadamente 45 depoimentos em todas as instâncias da Justiça, tanto na Justiça, quanto nesta Casa. Então, para mim, toda vez que for convidado, inclusive está dentro do meu acordo, eu tenho que comparecer para o bom andamento das investigações e o trabalho da Justiça.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - V.Sa. conhece alguém que lhe parece inocente no meio de todo esse aparato que está acontecendo nesse meio em que V.Sa. está vivendo?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - São todos culpados?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não sou eu que vou... Não estou aqui para prejudicar ninguém, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - V.Sa. fala que almoçou com um e com outro — graças a Deus, que eu nunca almocei com V.Sa...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Ainda bem, não é? Ainda bem.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - ...e pretendo não almoçar, até porque esses almoços lhe custam muito caro.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Talvez.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Em média, 1 milhão de reais, que tem que passar para alguém. Enfim, é um preço muito alto.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Exato.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Eu penso que V.Sa. parece uma viúva negra: leva para almoçar e depois mata a vítima. É essa a impressão que eu tenho de V.Sa. Então, eu quero dizer que, para mim, V.Sa. não somou a favor, muito menos contra. Veio aqui para um *show* de pirotecnia, para buscar uma posição de bom menino, de homem sério, que todo mundo sabe que V.Sa. não é. V.Sa. está envolvido até os cabelos ao fazer essas contas, ao pegar dinheiro frio, repassar para um e para outro. Então, se era essa a intenção, para mim, V.Sa. não convenceu.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Com a palavra o Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, nós já estamos entrando aqui num momento em que as questões começam a se repetir. Eu acho que o Relator, já de início, abordou as questões mais relevantes que poderiam ser postas ao Sr. Leonardo. Evidentemente, eu não vou ser repetitivo, nem demorar tanto no meu tempo, porque me parece que a questão central foi respondida. Eu queria só formular novamente a pergunta, porque o Sr. Leonardo me pareceu um tanto quanto intimidado, acanhado, ao responder àquilo que, durante o transcurso do questionamento do Relator, foi feito e que é o centro de tudo.

Não acho que V.Sa. veio aqui fazer nada ou fazer pirotecnia. V.Sa. trouxe algo que é relevante e que confirma aquilo que já está sendo dito nos acordos de delação premiada e pela imprensa: a questão do repasse dos 5 milhões ao Deputado Eduardo Cunha. V.Sa. operacionalizou essa ação, V.Sa. descreveu essa ação já no seu acordo e aqui a repetiu. Mas, ao ser questionado se esse recurso teria chegado ao Eduardo Cunha, V.Sa. vacilou um pouco, ficou ali meio intimidado, disse que Alberto Youssef e Júlio Camargo teriam dito isso para V.Sa., e, num determinado momento, não quis nem citar o nome do Deputado Eduardo Cunha.

Então, queria perguntar objetivamente a V.Sa., para reafirmar o que V.Sa. disse nesse encontro com Alberto Youssef, com Júlio Camargo, em que eles teriam dito a V.Sa. quem era o beneficiário desses 5 milhões de reais. Eu acho que é preciso dizer isso afirmativamente, se V.Sa. tiver condição naturalmente de fazê-lo, para que isso fique registrado nos Anais da Casa, para que isso possa constar depois no relatório do Deputado Marcos Rogério e para que, mais uma vez, a sociedade possa ter essa informação. Não tenha medo, não se intimide.

Eu gostaria de ter apenas clareza nesse trecho da sua fala em que V.Sa. afirma que, depois do encontro, do almoço com o Sr. Alberto Youssef e Júlio Camargo, chegou-lhe a informação de que o beneficiário seria o Deputado Eduardo Cunha.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Respondendo ao nobre Deputado, não são 5 milhões de reais, são 5 milhões de dólares. Dentro disso, após a liquidação desses



valores em reais no Brasil, repetindo a minha fala, acredito eu que, uma semana após, num almoço com apenas Alberto Youssef — apenas Alberto Youssef —, ele me colocou que esse recurso era de Eduardo Cunha. Ponto, só isso.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Com a palavra o Deputado Subtenente Gonzaga.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de fazer a pergunta, até porque realmente a questão central está se esgotando em relação ao nosso depoente de hoje, eu queria aqui reportar algumas afirmações que foram feitas, inclusive com relação à diligência.

A minha compreensão é a de que a diligência está totalmente amparada no Regimento Interno, em seu art. 14, § 4º, inciso IV, que estabelece como competência e obrigação do Relator proceder a diligências para subsidiar o seu parecer, inclusive o próprio Conselho. Portanto, não vejo que a diligência contraria minimamente, nem de longe, o Regimento. Pelo contrário, é obrigação do Relator fazer essas diligências.

Da mesma forma, com relação ao objeto dessa apuração, há uma ressalva feita no Item 2 do relatório, que vou ler aqui:

“Acolho o pedido de supressão da imputação de recebimento de vantagens indevidas, inserta no art. 4º, inciso II, do Código de Ética, formulada pelo Deputado Paulo Azi durante apreciação do voto, sem prejuízo de que os fatos sejam apurados mediante novas provocações no curso da instrução.”

Portanto, o esforço também de ficarmos apenas centrados na questão da existência ou não, da comprovação ou não da conta no exterior não me parece adequado ao próprio voto que foi aprovado aqui no Conselho. Então, é possível, sim, pelo voto, trazer novamente à discussão qualquer outro fato que possa ser interessante à apuração da conduta do investigado, nesse caso.

Agora faço uma pergunta. Eu queria saber do Sr. Leonardo — ele já disse que não pode dizer aqui concretamente da existência e da transferência de recursos para a conta do Sr. Eduardo Cunha no exterior e disse que os documentos poderão



comprovar ou não —, para além desses documentos, V.Sa. não é uma pessoa que fazia... V.Sa. tinha relacionamentos para além de Alberto Youssef. Para além de Alberto Youssef, V.Sa. poderia indicar, apontar outras pessoas que pudessem colaborar com a identificação ou não dessas contas no exterior?

A outra pergunta é sobre o seguinte: V.Sa. disse que só teve conhecimento, e ainda de forma informal, num almoço, de que o destinatário era o Sr. Eduardo Cunha. Agora, é muito estranho, pelo menos para mim, que V.Sa., apesar de fazer isso com a função específica de fazer, de receber e esquentar esse recurso, não tenha conhecimento de origem e destino, previamente. V.Sa., de fato, desconhecia todas as origens e todos os destinos, ou era comum V.Sa., simplesmente, ser esse portador, esse intermediário que não tinha conhecimento da origem e destino, de nada? Por quê? V.Sa. não disse que não tinha de nada, mas como não teria de uma quantia de 5 milhões de reais? Se era de dólares, se era essa a sua função por contrato, porque V.Sa. era remunerado contratualmente em 1%. Ou seja, esse 1% era tão vantajoso assim, que lhe permitia sequer ter interesse em saber a origem e o destino desse recurso?

Então, eu queria que V.Sa. esclarecesse se há, de um lado, outras fontes que V.Sa. poderia deixar aqui, para além dos documentos que V.Sa. já disse que estão na Procuradoria, enfim, e disponibilizar também, pois se comprometeu a trazer aqui para a Comissão; se teria outras pessoas que pudessem apontar essa questão da conta no exterior e a confirmação também desses valores entregue ao Eduardo Cunha. E, repetindo, se, de fato, V.Sa. fazia todas essas operações sem nenhuma preocupação com a origem e o destino desse recurso.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Nobre Deputado, na verdade, a destinação dos recursos era sempre de responsabilidade de Alberto Youssef, que só me passava valores e onde que seriam creditados os valores. Isso não era da minha responsabilidade, até porque qualquer problema, qualquer coisa que houvesse nas minhas contas, ele era o responsável. E... V.Exa. me perdoe, mas acabou me fugindo a segunda pergunta?

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - A pergunta é: se, para além de Alberto Youssef, V.Sa. poderia apontar, porque V.Sa. não se relacionava apenas...



O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, Alberto Youssef e o próprio Júlio. As duas delações das duas pessoas que estão envolvidas no processo. Nesse caso específico, em relação ao Júlio Camargo, em relação à empresa Vigela Associated, eu fiz um contrato, na verdade. Nesse caso específico, eu tive conhecimento, porque eu tive que assinar um contrato, porque, na verdade, quem estava pedindo o contrato não era o meu banco, era o banco do Júlio, porque, se não tivesse demonstração contábil, ou algum contrato que fosse — nesse caso fictício —, o banco não conseguiria pagar a ordem por causa do valor, que, acima de 1 milhão de dólares, o banco pede comprovação, o porquê que está pagando. É assim que funciona o sistema bancário internacional.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - V.Sa., apesar de não ter documentos...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Nesse caso eu tenho, nesse caso específico.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Sim, mas com relação aos 5 milhões de dólares, apesar de V.Sa. não ter documentos, V.Sa. tem alguma dúvida de que o destinatário...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, eu tenho documento.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Não, com relação ao destinatário, V.Sa. tem documento da transação?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Destinatário, não; é o contrário — o Deputado está se confundindo. Na verdade, é o inverso. Eu recebi, não paguei.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - O.k. Permita-me...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Desculpe-me.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - V.Sa. afirmou aqui que, a partir do almoço com Alberto Youssef, V.Sa. tomou conhecimento de que o recurso era para o Eduardo Cunha. V.Sa. tem alguma dúvida, apesar de não ter documentos, de que esse recurso foi para o Eduardo Cunha ou V.Sa. ainda tem dúvida?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Eu não posso responder, porque foi uma afirmação informal de Alberto Youssef. Isso eu não posso afirmar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - O Relator havia pedido a palavra, mas, com o apelo do Deputado Wellington Roberto, o Relator cede a sua vez para que S.Exa. fale antes dele.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Agradeço ao Presidente, agradeço também ao nobre Deputado Marcos Rogério.

Eu vou ser rápido, Sr. Presidente. Eu queria só que o depoente, que a testemunha reafirmasse aqui o que a imprensa está divulgando, que dissesse se afirmou que o destinatário final dos 5 milhões de dólares é o Deputado Eduardo Cunha.

Eu acabei de mostrar o que está circulando nas redes, na imprensa: essa afirmação de V.Sa. Então, eu queria que V.Sa. pudesse, na verdade, dirimir essa dúvida.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito. Voltando ao princípio, o que eu afirmei é que o recebimento no exterior, nas minhas contas na China, através da empresa Vigela Associated, que é de Júlio Camargo... Foram ingressados recursos no total de 5 milhões de dólares, que foram liquidados em reais no escritório de Alberto Youssef, que, posteriormente, depois de uma semana, me confirmou, comentou comigo que aquele recurso era de Eduardo Cunha. Ponto. Agora, eu não afirmei, não repaguei para contas na Suíça, não tenho conhecimento de contas na Suíça de Eduardo Cunha. Volto a dizer que todos os documentos que eu trouxe da China estão em poder da Procuradoria e da 13ª Vara Federal.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Agora faço a primeira pergunta, Sr. Presidente.

V.Sa. já almoçou ou já esteve na casa ou no escritório de Eduardo Cunha?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Nunca.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - V.Sa. já entregou algum dinheiro a Eduardo Cunha?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Nunca.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Com a palavra o Deputado Laerte Bessa.



O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Relator, eu sou recém-chegado aqui no Conselho. Chegando aqui, eu fui acusado, por parte da mídia, por parte de alguns colegas, até por meio de questões de ordem, de vir aqui para defender o Presidente da Casa, de estar compondo a tropa de choque do Presidente da Casa, que teria o objetivo de protelar as investigações do Conselho de Ética.

Eu quero dizer que eu não vi ainda nenhuma tropa de choque aqui. Acho que essa tropa de choque não existe e acho que, se existir, ela é da parte acusadora, não da parte do Relator. O Relator está sendo muito correto nas suas posições. Parabenizo-o pelo seu trabalho, trabalho muito bem feito e criterioso.

A primeira cautela que eu tive, quando entrei neste Conselho, foi estudar toda a matéria, todo o processo que estamos apurando, e eu não vi no processo nenhuma prova — nenhuma prova — que me desse informações do que está sendo apurado aqui.

O que nós estamos apurando aqui? Nós estamos apurando aqui se o Presidente da Casa, o Deputado Eduardo Cunha, teria mentido para a CPI da PETROBRAS, ou se ele teria omitido algum fato do seu Imposto de Renda. Basicamente, o processo foi montado para que se apurasse isso.

Eu estou vendo aqui vários colegas entrar num mérito que não é nosso. Eu não sou defensor de ninguém. Eu vim aqui para fazer justiça. O Supremo Tribunal Federal está apurando o mérito relativamente a toda a questão da Operação Lava-Jato. Nós sabemos quem está sendo denunciado e quem não está.

Aqui no Conselho de Ética, nós estamos para apurar simplesmente se o Presidente mentiu ou se ele faltou com a verdade quando declarou o seu Imposto de Renda. Então, nós não podemos, em momento algum, fazer ilações e entrar num mérito que não está ao nosso alcance, que não é da nossa competência.

Eu fiquei muito apreensivo. Eu disse: *“Hoje vai haver o depoimento de uma pessoa que vai trazer muitas informações para o Conselho de Ética”*. Fiquei decepcionado quando o Sr. Leonardo chegou aqui e não disse nada. Ele se propôs a vir aqui, acho que há o posicionamento dele de vir, ele tem que prestar o seu testemunho, tem que assinar o termo de compromisso — isso é claro; é o que diz a



lei, como se pode ver nos artigos relativos a testemunhas do Código de Processo Civil e do Código de Processo Penal. Nós não podemos discordar disso.

Então, eu fiquei decepcionado. A testemunha Leonardo Meirelles não trouxe nada aos autos. Disse: “*Eu ouvi dizer...*”. Ora, também eu ouvi dizer. O Presidente da Casa me disse que não tem conta em lugar algum, ele também me falou isso — eu também o ouvi dizer isso para mim. Então “*ouvir dizer*”, para nós, não resolve.

Os jornais estavam dizendo que ele traria hoje uma prova de que existiria esse depósito.

Enfim, nós temos que nos ater ao processo que estamos apurando. Se houver alguma comprovação nos autos, eu venho aqui novamente e vou dizer que os autos não estão como estavam quando entrei, que estão com provas definidas aqui dentro, o que não é o caso.

O que quero dizer aos meus colegas que não dou autonomia para ninguém duvidar da minha integridade moral e afirmar que venho aqui defender A ou B. Eu venho aqui defender o que está sendo apurado. Vim aqui fazer justiça quanto ao que está sendo apurado na Casa. Infelizmente, eu não tenho perguntas para o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Vou concluir, Sr. Presidente.

Não tenho nenhuma pergunta a fazer ao Leonardo Meirelles, mesmo porque ele não trouxe nada de novo ao processo aqui apurado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado.

O próximo inscrito é o Deputado Júlio Delgado, mas o Relator gostaria de fazer uso da palavra.

Tem a palavra, então, o Deputado Marcos Rogério, Relator.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Serei bastante sucinto, Sr. Presidente: quero apenas fazer alguns esclarecimentos.

Houve aqui pelo menos dois questionamentos em relação às diligências feitas pelo Presidente do Conselho, acompanhado do Relator e do Vice-Presidente.

O art. 14, § 4º, inciso IV, do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados atribui ao Relator a condução da instrução probatória. O art. 11 do mesmo regulamento, em seu § 2º, diz que as diligências a serem realizadas fora do



Distrito Federal dependerão de autorização prévia do Presidente do Conselho de Ética.

Quero esclarecer ao Deputado Marun, que chamou a diligência de missão secreta, de viagem secreta, que todas essas diligências — não foram apenas a Curitiba, à sede da Justiça Federal, mas também ao Supremo Tribunal Federal e à Procuradoria-Geral da República — foram no sentido de agilizar os procedimentos para o compartilhamento das informações que estão à disposição nesses órgãos. A diligência ocorrida fora de Brasília foi baseada em norma regimental, e a que ocorreu dentro de Brasília também.

S.Exa. reclamou de não ter sido convidado...

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Eu não estou questionando a legalidade. Eu estou questionando a utilidade.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Exa. há de me perdoar, mas isso é da conveniência do Relator. Não cabe a V.Exa. questionar a utilidade dos atos do Relator.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Como membro do Conselho de Ética, eu tenho condições de questionar, quero questionar e estou questionado.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Com todo o respeito a V.Exa., não estou sob a censura de V.Exa.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Eu também o respeito muito, mas V.Exa. não é dono do Conselho.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - A condução da instrução cabe ao Relator, que, obviamente, tem de respeitar as normas regimentais, as normas procedimentais, como sempre fiz. V.Exa. pode até discordar de atos do Relator, mas não há surpresas na atuação do Relator.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - A diligência não é equivocada; a reunião que é equivocada.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, é preciso respeitar a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - O Relator está com a palavra.



O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Eu não vou discutir com V.Exa., Deputado Carlos Marun. Quero apenas consignar ao colegiado que as diligências feitas obedeceram estritamente ao que está previsto no Código de Ética e Decoro Parlamentar e no Regimento da Casa.

Ademais — aqui faço uma ponderação aos colegas —, fosse o Relator convidar outros Parlamentares para essas missões à PGR, ao STF e ao trabalho do Juiz Moro, teria que convidar, do Conselho, para ser justo, quem tivesse um posicionamento e quem tivesse outro posicionamento, sob pena de ser parcial.

Assim, também para evitar esse aspecto, Deputado Marun, em respeito ao colegiado, participaram das diligências apenas os seguintes membros: o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator. V.Exa. há de convir que, se convidássemos V.Exa., teríamos que convidar também um Deputado que se posiciona do outro lado da trincheira.

Isso é que queria dizer, em respeito ao que V.Exa. ponderou...

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - V.Exa. responda a uma pergunta...

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Não, não vou responder.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Sr. Relator, conclua, por favor.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Volto-me agora à testemunha para lhe fazer uma pergunta que deixei de fazer durante meu questionamento.

V.Sa. declinou a este Conselho uma transação financeira que teria partido do empresário Júlio Camargo para empresas de V.Sa. em Hong Kong, na China, e que, posteriormente, em outra transação, esse recurso teria sido retirado no Brasil e teria tido como destino final o Sr. Eduardo Cunha, segundo V.Sa. ouviu do doleiro Alberto Youssef. Eu queria indagar a V.Sa. sobre a origem dessa remessa ao banco na China. Esse dinheiro era lícito ou ilícito? Qual a origem desse dinheiro?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Ilícito, ilícito. O contrato que foi firmado entre a minha empresa e a Vigela Associated é um contrato fictício.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Dinheiro ilegal?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Ilegal, sim.



O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Ok. Satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - O senhor vai concluir?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não. Em relação ao contrato firmado entre a Vigela e minha empresa, tratava-se de pagamento de algum beneficiário final. Ponto, é isso. Todos os pagamentos, vamos deixar claro, nobre Deputada, têm origem no Julio Camargo. Que era do Julio eu sabia.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Mas não era dinheiro lícito?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Nunca foi.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Ok. Estou satisfeito.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Só uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Deputado Leo, pela inscrição, quem tem a palavra agora é o Deputado Júlio Delgado. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, se acaso o tempo da inquirição que eu vou fazer ao nobre depoente não for suficiente, vou requerer também o meu tempo de Liderança, para complementá-lo.

Quero dizer o seguinte. Nós chegamos aqui com o maior espírito público possível, mas, muitas vezes, não conseguimos manter a paciência e aguentar determinadas questões que acontecem neste Conselho. É muito claro identificar quem quer protelar e quem não quer protelar.

Quem convive no Conselho conhece a história e a trajetória do Conselho. Eu vou perguntar ao Leonardo, que já esteve comigo aqui — eu já fui Relator de um processo em que ele estava na condição de depoente. Naquele depoimento, ele não falou nada, mas serviu para a instrução.

Por que V.Sa. acha que existe uma instrução processual? Por que existe um processo correndo? A instrução processual é para quê?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Servir de provas.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Para produzir prova.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Se não tivéssemos 40 dias para fazer a instrução processual, não era preciso instrução processual. Se não se pode produzir prova em qualquer fase, não se faça a instrução. O Relator vai emitir o voto



dele, vai haver a defesa do representado, e nós vamos à votação. Vamos acabar com este processo. A instrução é justamente para produzir prova.

Muitas vezes, na instrução, quantos nós tivemos aqui? Quem viveu o Conselho de Ética no final da Legislatura anterior — aqui estavam os Deputados Izar, Sandro, Marcos Rogério, Chico — sabe que, no dia em que eu vim aqui para o processo de André Vargas, do qual eu fui Relator, V.Sa. não disse nada, porque naquele momento não podia dizer. O advogado está aqui como testemunha disso, e contribuiu. Muitas vezes, o silêncio contribui, para depois nós apurarmos.

Hoje, para a nossa sorte, V.Sa. vem disposto a dizer que quer contribuir. Eu tenho algumas perguntas a fazer a V.Sa.

Se eu disser que ontem eu almocei com V.Sa., o que V.Sa. tem a dizer para mim?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não é verdade.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - É mentira?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - É mentira.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Se eu disser que todo esse dinheiro que V.Sa. movimentou, na sua empresa e na empresa de Julio Camargo, foi contabilizado, foi declarado em receita?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Não foi?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não foi.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E se chegou algum dinheiro em determinadas contas que também não foi declarado, é o quê?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Ilícito.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Crime. Não é?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Falta de prestação de informação à Receita Federal. Não é isso?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim, até porque eu fui responsabilizado por isso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Isso!



Então, V.Sa. vem aqui esclarecer alguns pontos que estão na representação e que vão servir para a instrução do Relator. Mais: segundo Youssef, a sua transação com Julio Camargo foi para poder saldar débitos com o Sr. Eduardo Cunha. Não foi isso? Foi essa a informação do Youssef.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Segundo o Youssef, sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas V.Sa. teve transação com o Julio Camargo?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Com Julio Camargo, sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Está na instrução! E fica-se proibindo que determinadas pessoas venham aqui ajudar na instrução! Na própria instrução está a convocação do Sr. Julio Camargo também, que vai confirmar o que V.Sa. disse: que está a convocação do Sr. Alberto Youssef também.

Então, a linha desenvolvida pelo Relator cabe a quem questionar? Dizer que não pode?! Dizer que o Relator não pode fazer a fundamentação sobre o que quer que seja, para fazer a instrução processual de um processo de ética e decoro parlamentar?!

A Panama Papers, Leonardo, V.Sa. sabe disso...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - ...o Primeiro-Ministro da Islândia renunciou só pela citação — só pela citação, ele renunciou. Aqui nós temos uma celeuma de questões e provas que estão sendo instruídas, aí hoje já existe a lei, eles estão preocupados porque existem outras informações quanto ao fato de que procede que as contas na Suíça sejam do representado, com a movimentação das contas. Se receberam seu dinheiro ou não, já está comprovado que é ilícito. Mas as pessoas dizem que ainda é preciso fazer instrução e que não pode ser utilizado o depoimento de V.Sa.!

A única coisa que eu quero dizer, além de fazer uma pergunta a V.Sa., é: não se engane, que existe contribuição. Eu digo aos companheiros que existe boa vontade do representado de trazer suas testemunhas, que foram arroladas por eles, que estão na Suíça. Ele disse que paga de lá, a passagem é muito mais cara. Uma passagem de São Paulo para cá, ou de Curitiba ou da Suíça, é só calcular.



V.Sa. veio por suas formas. O Conselho tem que buscar as formas para trazer os que possam ajudar. É muito mais fácil trazer o cara que está na Suíça, que vai prestar algum depoimento, do que trazer alguém que está aqui no Brasil, que se disponha a vir contribuir, que se disponha a vir colaborar com a instrução.

Pode-se chegar a qualquer conclusão por parte do Sr. Relator, fruto de uma linha que ele resolveu desenvolver. O que acontece aqui é que existem companheiros — eu digo agora — que estão fazendo tanta confusão e celeuma aqui, misturando...

Eu pergunto a V.Sa.: o que V.Sa., além de cidadão, tem a ver com o processo de *impeachment*?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Absolutamente nada. Como cidadão, só quero o melhor para o País.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas colocam toda hora que há uma confusão no processo de *impeachment*. É tanto movimento querendo falar que, se houver o *impeachment* do Presidente, o segundo na linha sucessória deveria se dar como suspeito para conduzir este processo, porque, como segundo na linha sucessória, ele é interessado direto. Isso faz com que nós, que temos posição partidária, até repensemos.

Se o jogo aqui é o jogo de um contra o outro, meu amigo, nego está agindo errado aqui, está tirando voto de quem é favorável ao afastamento pelo processo de *impeachment*.

O fato é que toda hora se traz isso aqui como se fosse um contra o outro, mas não é. Até porque, se isso servir para protegê-lo aqui, vai mudar minha posição com relação a isso.

Então, é equivocada a atitude daqueles que defendem dessa forma e mencionam o depoimento de V.Sa., porque foi do PT, porque fez isso, trouxe um prejuízo muito grande. O Relator, àquele período, fui eu, e V.Sa., naquele momento, não disse nada.

Eu quero dizer hoje aqui que V.Sa., ao dizer que, se eu almocei com V.Sa. ontem, é mentira, então muita gente mentiu aqui. Se eu não prestei conta de um dinheiro recebido por V.Sa. na minha declaração de renda, eu estou sonogando não só à Receita, como estou cometendo um crime fiscal.



É isso!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Passo a palavra ao Deputado Paulo Azi. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Obrigado, Sr. Presidente Sandro Alex e Relator Marcos Rogério.

Sr. Leonardo, o senhor é ou já foi filiado a algum partido político?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Nunca.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Eu tenho observado aqui algumas discussões que, no meu entender, são pouco relevantes, a exemplo da questão da passagem que o senhor bancou para vir aqui a esta reunião.

Apenas a título de curiosidade, o Deputado Júlio Delgado acaba de informar que V.Sa. já esteve neste Conselho em outras reuniões. Para vir às reuniões anteriores, também foi V.Sa. que pagou a sua passagem? Como se deu isso?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - As vindas, em todas as minhas 47 convocações, não importando em qual Estado do Brasil, foram por minhas expensas próprias.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Inclusive neste Conselho?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Inclusive.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Agradeço a V.Sa.

Eu quero tirar algumas dúvidas quanto ao depoimento que V.Sa. presta nesta Casa.

V.Sa. relata uma operação em que o senhor, de forma ilegal, celebra um contrato fictício e recebe da empresa do Sr. Julio Camargo 5 milhões de dólares.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - V.Sa. pode nos informar se os recursos do Sr. Julio Camargo têm origem ilícita?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não tenho como responder. Não tenho como responder.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Apenas para esclarecimento, então, V.Sa. não tem como informar se os recursos provenientes do Sr. Julio Camargo são lícitos ou não?



O SR. LEONARDO MEIRELLES - A minha transação, especificamente, foi ilícita porque eu tive a minha com ele, em específico, houve a celebração de um contrato, que foi enviado ao banco dele. Posteriormente, em relação à busca dos documentos, só para requalificar a informação, eu tenho extratos bancários suíços, os comprovantes de recebimento desses recursos. Então, se alguns Deputados acham que eu não tenho materialidade...

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Então, o senhor atuou como um “laranja” do Sr. Julio?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não. Do Sr. Julio, absolutamente não. Não.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - O Sr. Julio lhe transferiu recursos, sem o senhor prestar qualquer tipo de serviço.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Na verdade, acho que a relevância do assunto aqui não cabe. É relação do Julio com o Alberto. O Alberto utilizou uma conta minha e me pediu que eu fosse lá assinar. Apenas isso.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Muito bem. Então, esses recursos, o senhor posteriormente...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Recebi.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - ...recebeu lá fora e...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Disponibilizei para o Alberto Youssef no Brasil.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - ...os recursos o senhor internalizou?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não internalizei. Eu...

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Ah, o senhor tinha outros recursos aqui e o senhor fez a operação...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - A operação cabo. Exatamente.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Os recursos que o senhor recebeu lá fora continuaram lá fora. O senhor tinha recursos aqui e o senhor, então, fez o repasse a pedido do Sr. Youssef?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim. Correto.



O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Outra questão não me ficou clara no depoimento de V.Sa. No início do seu depoimento, V.Sa. diz que soube da informação que esses recursos seriam transferidos a alguém do Rio de Janeiro...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - ...e que agora, depois das delações do Sr. Youssef e do Sr. Julio, o senhor fez uma...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - A ligação é em relação...

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - ...uma ligação e então confirmou que esses recursos seriam para o Sr. Eduardo Cunha. Posteriormente, o senhor trouxe outra informação, de que o senhor, já lá atrás, teve conhecimento de que esses recursos seriam para o Sr. Eduardo Cunha. Então, para mim ficou uma dúvida.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Ficou a dúvida se o senhor teve a confirmação efetivamente agora, quando ocorreram as delações, ou se foi lá atrás. Esta coisa ficou um pouco...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Em relação ao destinatário, foi no almoço com Alberto Youssef, na ocasião, em 2012, não recordo agora a data. De modo informal, ele me colocou que seria de Eduardo Cunha. Em relação à Vigela, à transferência e a outros depoimentos, foi *a posteriori*, com as delações que foram publicadas, até porque eu fui chamado nas investigações pertinentes a isso. Aí, cruzaram as informações, e parte desses recursos passaram pelas minhas empresas. Eu fui buscar essas informações, materializei e apenas fiz minha declaração e entreguei à Justiça. É isso.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - O senhor já disse aqui que não fez nenhum repasse para a conta do Sr. Eduardo Cunha no exterior. O senhor, como operador de mercado, ouviu falar, teve alguma informação de alguma movimentação de alguma outra empresa que porventura tenha feito qualquer tipo de operação no exterior em relação ao Sr. Eduardo Cunha?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - O senhor não tem conhecimento.

Nós tomamos conhecimento, e o senhor o confirmou, de que essa informação que lhe chegou através do Sr. Alberto Youssef, a informação de que esses recursos



teriam sido endereçados ao Sr. Eduardo Cunha, consta da sua colaboração premiada.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Todos nós sabemos que colaboração premiada, para ter valor legal, o senhor tem que provar aquilo que o senhor informou. O senhor não precisa nem dizer aqui — talvez seja objeto de sigilo —, mas eu imagino que o senhor, ao fazer esta acusação, ao levar esta informação tão relevante e tão importante à Procuradoria-Geral da República, provavelmente V.Sa. tem elementos para provar isso que V.Sa. afirmou à Procuradoria-Geral da República.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Os elementos que eu levei foram a materialidade dos extratos bancários e os comprovantes de pagamentos em questionamentos das delações de perguntas oriundas das delações de outras investigações. Eu fui convocado, me perguntaram, eu respondi, e eles cruzaram a informação da minha empresa de que tinham sido repassados esses recursos. Aí, eles ligaram as informações. É isso.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Estou satisfeito, Sr. Presidente. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Com a palavra o Deputado Sandro Alex.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Sr. Presidente, senhoras e senhores, inicialmente, eu gostaria de registrar que também participei das diligências, ao lado do Presidente e do Relator, não só em Curitiba, capital do Estado do Paraná, como também aqui em Brasília, na Procuradoria-Geral da República, a fim de auxiliar o Relator e o Presidente nos trabalhos, a convite da Mesa do Conselho de Ética.

A este Conselho serão enviados documentos para que todos os Conselheiros possam, ao final, dar o seu voto e auxiliar nos trabalhos do Deputado Marcos Rogério em seu relatório.

Quero registrar que, para mim, a disputa pelo *impeachment* e os trabalhos do Conselho não têm nenhum correlacionamento, até porque já há um voto aberto a respeito do *impeachment* — aberto e favorável ao *impeachment*. Aqui, faço o meu trabalho independentemente do que está sendo feito na Comissão do Impeachment.



A Operação Lava-Jato é a construção de um quebra-cabeça. A Lava-Jato não foi feita apenas a partir da delação de uma pessoa, da colaboração de uma pessoa, de apenas um documento: é um trabalho que envolve dezenas de pessoas, em que se encaixam, ao final, as provas relacionadas. Parece-me que esta construção também será feita aqui no Conselho de Ética.

Provas enviadas da Procuradoria-Geral da República, da Justiça Federal, do Supremo Tribunal Federal, do Banco Central e de pessoas que estamos ouvindo vão compor o relatório final e a percepção de cada um de nós.

Hoje nós estamos ouvindo o primeiro, e eu gostaria de questioná-lo.

O senhor disse que, ao total, o senhor fez 4 mil operações. É isso mesmo?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Quatro mil operações.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Acredito que seja até mais, mas não dá para...

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Podem ser mais?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Para que o Brasil tenha a percepção do tamanho, qual foi o volume de recursos a que essas 4 mil operações que o senhor transacionou chegaram? Qual é o volume de recursos?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Algo entre 120 e 140 milhões de dólares.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Então, pelas mãos do senhor, passaram 140 milhões de dólares?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Correto.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - E o senhor testemunhou, em um almoço que teve com o Sr. Youssef, que, desses 140 milhões que o senhor transacionou, 5 milhões de dólares, segundo o Sr. Youssef, seriam destinados ao Sr. Eduardo Cunha. Isso é correto?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Correto.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - O senhor, em algum momento, soube que esses recursos eram oriundos de transações que envolviam órgãos do Governo como a PETROBRAS?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.



O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - O senhor sabia, então, que esses recursos eram relacionados à PETROBRAS?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - O senhor tinha conhecimento de que todo esse volume de recursos era oriundo de propinas relacionadas ao Governo Federal?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim, porque, no princípio das operações, as empresas de fachada que o Youssef utilizava eram empresas prestadoras de serviço às construtoras, às empreiteiras. Perfeito? Por causa disso, num determinado momento — eu já dei declarações sobre isso em alguns processos —, a origem desses recursos foi a emissão de notas fiscais e contratos fictícios com quase todas elas, em que eu fui uma das únicas pessoas que disponibilizei e coloquei isso no processo na 13ª Vara Federal, e boa parte dos desdobramentos se deu a partir desses contratos. Aí, houve as demissões — COAF, Banco Central. Como o nobre Deputado colocou, as informações vão se cruzando, com o tempo, na investigação — já faz 2 anos —, e haverá muito mais informações que vão ser cruzadas no futuro próximo.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - É do seu conhecimento que, para transacionar esses valores que, nas suas mãos, chegaram a 140 milhões de dólares, era necessário pagar propina a agentes políticos para a liberação desses recursos? É de comentar do Sr. Youssef que políticos tinham que receber valores...

Vou concluir nos meus 3 minutos de réplica, Sr. Presidente.

É do seu conhecimento, e foi dito pelo Sr. Julio Camargo ou pelo Sr. Youssef, que, para a liberação desses recursos, era necessário fazer pagamentos a agentes políticos?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Todos os recebimentos e pagamentos eram oriundos de forma ilícita, através de contratos de prestação de serviços. Todos eles, sim, por Alberto Youssef. Eu tinha conhecimento, sim.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - E o Sr. Youssef lhe disse que precisava pagar 5 milhões de dólares ao Sr. Eduardo Cunha para a liberação de recursos ilícitos oriundos da PETROBRAS?



O SR. LEONARDO MEIRELLES - Dessa forma, não. Só colocou depois da liquidação do mesmo, do recebimento dos reais no Brasil. Uma semana após, ele comentou a respeito disso, que o destinatário final seria Eduardo Cunha. Comentou, informalmente, num almoço. Só isso.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Ele lhe disse por que ele deveria fazer o pagamento de 5 milhões de dólares ao Sr. Eduardo Cunha?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, nunca comentou sobre isso — nem esse, nem outro. Eram direcionados a agentes públicos, até porque estão todos na Operação Lava-Jato. Minha informação, minha contribuição é materializar volumes e recursos que tenham passado pelas minhas contas, em relação às quais outras pessoas já foram colocadas à disposição na Justiça. Aí, naturalmente, com a informação do COAF, informação internacional, as informações foram cruzadas, e me perguntam: *“Esse valor entrou na sua conta?”* Eu vou lá e confirmo. É exatamente este o meu papel. Eu não tinha contato com operador ou com agente público no final da ponta. Eu tinha conhecimento, sim, porém não era eu o operador.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - E o senhor tem conhecimento se o Sr. Alberto Youssef confirmou este depoimento que o senhor deu, de que teve um almoço com o senhor? O Sr. Alberto Youssef confirmou também às autoridades esta conversa que teve com o senhor?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Desculpe-me, as autoridades... Só para entender...

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - No Supremo Tribunal Federal, na Procuradoria-Geral, o Sr. Alberto Youssef confirmou este diálogo que teve com o senhor?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Disso eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - O senhor não tem conhecimento.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - O que cabe à minha colaboração eu tenho acesso. Dos outros...

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Muito obrigado, Sr. Presidente. Eram estes os questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Com a palavra o Deputado Zé Geraldo.



O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, eu tinha uma série de perguntas, mas acho que bastantes perguntas já foram respondidas.

Eu queria dizer algo a este Conselho. Vários membros aqui têm reagido e têm tentado igualar o nosso procedimento e dizer que nós temos que ter aqui o mesmo procedimento da Comissão Especial. São duas coisas totalmente diferentes, com um regulamento totalmente diferente.

O nosso regulamento, o regulamento do Conselho de Ética, é muito claro no art. 10, § 2º.

Prestem atenção, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e todos aqueles que estão me ouvindo neste momento:

“Art. 10.....

§ 2º O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar decidirá ou se manifestará, conforme o caso, pela aplicação da penalidade requerida na representação tida como procedente e pela aplicação de cominação mais grave ou, ainda, de cominação menos grave, conforme os fatos efetivamente apurados no processo disciplinar.”

Portanto, querer dizer aqui que precisamos discutir só se o Presidente Eduardo Cunha mentiu ou não mentiu na CPI da PETROBRAS, é claro que ele mentiu, porque ele mente todo dia. Se ele falar 360 dias, vai mentir 360 dias. É o que ele tem feito durante esse tempo todo.

O que está claro, em vários depoimentos e em delações, é que a maior propina individual para um político no Brasil é a propina do Presidente Eduardo Cunha, que ultrapassa os 15 milhões de reais. Só um candidato à Presidência da República conseguiu, de forma legal, tanto dinheiro! Ele, candidato a Deputado Federal, de forma ilegal, recebeu propina.

Prestem a atenção! Em uma propina só, confirmada aqui pelo depoente, levada no monte, em 3, 4 ou 5 dias, para o Rio de Janeiro, para entregar a Eduardo Cunha, foram mais de 15 milhões da PETROBRAS! E esse Presidente é o Presidente que instalou o *impeachment* para tirar a Presidenta da República, que não recebeu nenhum recurso ilegal na sua campanha.



Portanto, preciso registrar que está aqui o nosso código. Vamos estudar o código e ver que o § 2º do art. 10 é claro. Temos um regulamento totalmente diferente do regulamento da Comissão Especial.

Quero, então, fazer uma pergunta ao Sr. Meirelles. Se ele puder responder, tudo bem; se não, não há nenhum problema.

V.Sa. afirmou, nesta segunda-feira, que o doleiro Alberto Youssef trabalhava para o PSDB, com o Senador Sérgio Guerra, e disse que outros tucanos, entre os quais um Parlamentar do Paraná, também se utilizou do esquema Youssef. V.Sa. pode dizer quem é esse Parlamentar do Paraná?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não posso responder isso, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Muito bem. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Tem a palavra agora o Deputado Fausto Pinato.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Leonardo, advogado Dr. Haroldo, desculpem-me ser, às vezes, repetitivo, mas é que temos que sair para fazer outras coisas. Se o senhor já tiver respondido, perdoe-me.

Eu queria saber o seguinte. Primeiro, o começo da sua fala é muito importante para nós. V.Sa. disse que conheceu Youssef e, a partir de então, começou a frequentar quase que diariamente o escritório do doleiro Alberto Youssef.

Como é que foi o começo dessa relação? Ele chamou V.Sa.? Como ele descobriu que V.Sa. tinha essas empresas, essas contas em banco? Como é que surgiu essa sociedade de fato?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Na verdade, não é uma sociedade, é uma prestação de serviços. O primeiro contato foi feito através de Waldomiro de Oliveira, pessoa que fazia a emissão das notas fiscais nas empresas fictícias para com as empreiteiras. Ele estava com dificuldade de transformar esses recebimentos em reais em 2009. É isso.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Youssef chegou a dizer informalmente a V.Sa. que ele fazia a operação a políticos brasileiros?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Sim. Não citou nome?



O SR. LEONARDO MEIRELLES - Até porque, na frequência do escritório dele, eu cruzei com alguns.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - V.Sa. disse que, no meio do negócio, antes de começar esta prestação de serviço, até mesmo antes de ter feito aquela transferência do Banco da China para a Suíça e tal, ele chegou a citar que um desses políticos seria o ora representado?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Logo após eu ter liquidado o recebimento desses recursos no exterior, entreguei ao Alberto Youssef os reais no Brasil. Aproximadamente uma semana após, num almoço, ele comentou informalmente: *“Aquele ordem grande, inclusive, é de Eduardo Cunha. Aquele que foi para o Rio é de Eduardo”*. Algo informal.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Deixe-me perguntar outra coisa. Youssef chegou a comentar com V.Sa. se essas quantias que V.Sa. movimentava advinham de mercado de carne, de enlatado, da PETROBRAS, ou de propinas de empreiteira? Ou nunca comentou?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sempre foi de forma muito clara.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Muito clara?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim, que eram propina.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Propina. E chegou a citar que parte desses recursos viria da PETROBRAS?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - De empresas prestadoras de serviço da PETROBRAS, até porque eu recebi boa parte desses recursos, os reais, no Brasil, e as empresas que eram as emissoras, que fizeram as transferências para a minha empresa, é de conhecimento público que trabalhavam para as empreiteiras.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Só para ficar bem claro, V.Sa. recebia 1% do valor bruto de todas essas transações?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Sr. Presidente, sem mais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Com a palavra o Deputado Assis Carvalho.



O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Leonardo, em algum momento, o senhor chegou a receber, de alguma forma, alguma ameaça, direta ou indireta, seja de onde vier? Chegou a sofrer alguma ameaça dirigida ao senhor?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Nunca, de forma alguma.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Faço esta pergunta, mas, na verdade, as demais perguntas já me deixaram contemplado. Quero louvar o trabalho da Mesa, na pessoa do Relator Marcos Rogério, que goza da minha confiança. Sei da prudência, do cuidado e da vontade do Deputado Sandro Alex em prestar satisfação ao País, bem como, com muita seriedade, o Deputado José Carlos Araújo.

Tenho certeza de que esta Comissão de Ética, que vem sofrendo bastante, vai finalmente prestar um serviço relevante à sociedade. Digo isso porque, em que pese a origem da instalação desta Comissão ser o questionamento de que o Presidente Eduardo Cunha tenha mentido — esta foi a posição, correta, do PSOL no sentido de abrir este procedimento —, tem que ser assegurado a ele o amplo direito de defesa e têm que ser agregadas todas as informações necessárias. Este processo nós defendemos para qualquer um.

Ainda que no Código Penal se constate que alguém matou fulano, se veja o corpo na rua e haja testemunha, se a pessoa não foi flagrada, ela tem que entrar num processo normal de defesa. Ela vai negar que não foi ela que matou, embora todos saibam que foi.

Eu acho que negar, hoje, que o Presidente Eduardo Cunha, sem que haja uma relação de qualquer escândalo em que ele não esteja dentro e, ainda assim, se declare inocente, é tal qual essa pessoa que todo mundo viu praticar o assassinato, mas ela tem que negar até a morte e dizer que não o praticou.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Assassinato não é coisa nossa.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Eu coloquei um exemplo claro, para fazer uma ponderação, Deputado Marun. Eu gostaria de concluir a minha fala, porque eu nunca interferi quando V.Exa. fez suas ponderações.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Peço desculpa.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Eu digo isso porque não há coisa mais fácil no mundo do que provar conta bancária, porque há extrato registrado,



publicado. Eu sei que o cidadão diz “*Não é minha, não é minha*”. É homônimo? (*Risos.*) O nome é o mesmo. Não se trata nem de homônimo, porque o CPF é o mesmo. Toda vez ouvimos: “*Não é minha, não é minha*”. E o negam até à morte.

Eu acho que enganar um cidadão comum lá no outro lado da tela compreende-se. Mas alguns Deputados se colocarem como se estivessem enganando a si próprios é o mesmo que querer enganar o seu eleitor.

Eu acredito que, dos 512 Parlamentares, não há um Parlamentar que não saiba que Eduardo Cunha tem conta no exterior e que mentiu, sim, ao depor na CPI da PETROBRAS. Ele mentiu!

Qualquer Parlamentar, para zelar pela sua história e pela história dos seus descendentes e dos seus eleitores, poderia até dizer: “*Eu não vou me envolver...*” Mas dizer que não acredita naquilo que está vendo publicado?! Nem São Tomé procedeu assim. São Tomé, quando viu a chaga de Jesus, sabia que era Jesus. Mas aqui o cidadão vê o extrato publicado, os valores, o nome, o cartão de contas no exterior, vê todas as relações, mas diz: “*Não é, não. Não é bem assim*”.

Eu acho que nós temos que ter um mínimo de critério.

Eu tenho muita dificuldade em me comportar assim. Não há um Parlamentar que não saiba o escândalo e a vergonha que significa Eduardo Cunha dirigir a Casa da qual eu faço parte. Fico muito triste por ele ainda estar lá. Ele está porque tem o apoio de um grupo de Parlamentares, acredito, por chantagem. Não consigo imaginar outra possibilidade. Só pode ser por chantagem! Não acredito em outra possibilidade para alguém apoiar o Deputado Eduardo Cunha, a não ser por chantagem.

É inaceitável o que está acontecendo nesta Casa! É algo inaceitável! Hoje estamos num processo, com o Brasil parado, a sociedade pagando um preço altíssimo, pauta-bomba todos os dias para intimidar o Poder Executivo, conduzido por quem? Essa pessoa tem condições de conduzir este processo?

Não entro no mérito de o processo estar certo ou errado. Não entro na questão do processo. Estou dizendo que ele não poderia ser conduzido por quem não tem crédito para conduzi-lo. Eduardo Cunha não o tem.

Este processo nasceu de um processo de vingança, porque ele queria o nosso voto aqui para arquivar o processo contra ele, e nós nos negamos a participar



dessa sujeira. Por causa disso, duas horas depois, ele abriu o processo de *impeachment* exatamente para tentar chantagear o PT, como vem chantageando aqueles que o apoiam.

Eu queria deixar este registro, Srs. Membros da Mesa e demais Parlamentares. Se alguém usa o microfone para dizer que Eduardo Cunha não está numa situação de escândalos o mais numerosos possível, é como diz o velho dito popular de tentar tapar o sol com a peneira. Tenta, mas não consegue.

Hoje a situação é mais ou menos como lona velha de circo: toda vez que Eduardo tenta tapar um buraco, surgem dois buracos. Não pode sair uma relação, em qualquer momento, em que o seu nome não esteja bem destacado.

Portanto, eu faço este registro para fazer um apelo público, não falando aos Parlamentares, mas à sociedade: é preciso botar ordem na Casa, é preciso fazer um movimento. Eduardo Cunha não pode continuar envergonhando o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar, último orador inscrito.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Eu posso falar, ao final, como Líder, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - O último orador inscrito é o Deputado Chico Alencar. Em seguida, passarei a palavra aos Deputados Leo de Brito e Carlos Marun, para as considerações finais.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria fazer um lembrete, aparentemente óbvio: o voto aprovado neste Conselho pela admissibilidade da representação contra o Deputado Eduardo Cunha, como bem lembrou o Deputado Subtenente Gonzaga, a pedido do Deputado Paulo Azi, suprimiu a imputação de recebimento de vantagens indevidas, sem prejuízo de que fatos — relativos a vantagens indevidas, obviamente — sejam apurados, mediante novas provocações no curso da instrução. É o item 2 da letra “f” do voto do Relator Marcos Rogério, aqui aprovado. É o que está em vigor.

É isso que estamos fazendo aqui hoje, Deputado Marcos Rogério.



O recebimento de vantagens indevidas, caso haja fatos novos, concretos, aqui apresentados, tem que ser considerado, sim. É o item 2 da letra “f” do seu voto, que nós aprovamos por maioria.

Em segundo lugar, eu considero que a presença do Sr. Leonardo Meirelles é muito útil, sim, e o parabenizo por praticar este exercício de franqueza, artigo raro no ambiente da política brasileira, ali no Palácio do Planalto, aqui no Congresso Nacional e, muitas vezes, até no Judiciário. É algo meio estrutural o cinismo da vida pública brasileira.

Eu queria fazer indagações objetivas a V.Sa., Sr. Leonardo Meirelles.

Eis a primeira delas. O lobista Julio Camargo transferiu recursos às suas empresas no exterior, que posteriormente foram entregues em espécie ao doleiro Alberto Youssef, segundo este, para levarem ao Eduardo Cunha?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim. Pois isso está textualmente expresso em matéria do jornalista Aguirre Talento — aliás, homenagem a todos, já que hoje é Dia do Jornalista, e lembro o assassinato de Líbero Badaró, que culminou com a abdicação de D. Pedro I. A imprensa, às vezes mesmo perseguida, em períodos autoritários, consegue abalar os poderes. Aguirre Talento, em matéria publicada na *Folha*, fez esta afirmação.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Deputado Chico Alencar, V.Exa. poderia repetir a pergunta? Eu não a ouvi. Desculpe-me, Deputado, mas, com todo o respeito que V.Exa. merece, peço que repita a pergunta.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Perguntei se o lobista Julio Camargo transferiu para empresas de Meirelles no exterior recursos que posteriormente, segundo Youssef, foram transferidos para Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Segundo Youssef. Está certo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim, é isso. É o que está escrito aqui.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Positivo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor chegou a viajar para a China, para levantar informação das suas contas bancárias?



O SR. LEONARDO MEIRELLES - Por três ocasiões, de forma espontânea, eu requisitei não só os extratos bancários, como também todos os comprovantes de recebimentos e pagamentos no exterior.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Portanto, o jornalista Aguirre Talento mostrou, de novo, talento jornalístico.

Os 5 milhões de dólares foram depositados pela empresa de Julio Camargo em três parcelas: duas em torno de 2 milhões ou 3 milhões de dólares, e a outra, de 400 mil dólares, no final de 2011 e 2012?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim. Perfeito.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Então, o jornalista Mario Cesar Carvalho, também da *Folha*, em matéria publicada hoje, fez uma afirmação correta.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Correta.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas a sua empresa — a pergunta é minha —, a RFY Import & Export, é de fachada?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim.

Essas empresas foram usadas para enviar ou trazer dólares para o Brasil, por meio de importações simuladas do contrato fictício a que V.Sa. fez referência?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Correto.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Correto.

Então, o jornalista Mario Cesar Carvalho, na matéria de hoje, também faz uma afirmação muito benfeita. O que ficou em dúvida é apenas que o Sr. Haroldo, nobre advogado que aqui está cumprindo a sua função, exercendo a sua missão, teria...

Esses 5 milhões teriam saído do banco chinês, no qual o Sr. Meirelles operava, ou ainda opera, eu não sei, e enviados em contas na Suíça, que seriam de Cunha — está no condicional, na matéria. Pelo que foi dito aqui...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Isso não é correto.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ...isso não procede.

Minha indagação é a seguinte. V.Sa. disse que há cerca de 120 beneficiários de transações que V.Sa. fez a partir de contrato fictício e de procedimentos ilícitos. São figuras públicas, em geral?



O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não dá para saber, nobre Deputado, porque geralmente são utilizadas empresas de *offshore* e em nome de terceiros. Não dá para saber. Essas informações já estão com a Justiça e com a Polícia Federal. Elas estão fazendo a apuração.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Elas é que estão apurando. O senhor não sabia exatamente para quem estavam mandando.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Então, o senhor pode afirmar, categoricamente, que jamais fez depósito no exterior para empresa ou conta da qual Eduardo Cunha seria usufrutuário, para usar uma expressão dele? O senhor pode afirmar que nunca fez?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Nunca fiz.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Nos 120, não está ele.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Eu não tenho com saber, porque há várias transferências para Suíça. Eu não tenho conhecimento. Inclusive, esses documentos já estão...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Há transferências, para a Suíça, da sua empresa?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Tem. Várias.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Tem?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Várias, várias.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas o senhor não pode afirmar, portanto?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não posso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Optou pela negativa.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não posso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor afirma que nenhuma delas tornou beneficiário Eduardo Cunha?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não tem conhecimento, e de nenhuma outra figura pública?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não tenho conhecimento.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - De nenhum daqui da sala, por exemplo?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Que eu saiba, não. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Eu fiquei muito impressionado, aliás, como o Deputado Marun, com essa movimentação de algo em torno de 140 milhões de dólares!

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Em 4 anos, Deputado.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Seus negócios eram muito prósperos! Essa pena de 350 mil reais de multa é de uma dosimetria moderadíssima!

Mas a indagação, quando o Youssef o informou no tal almoço, imagino, pelo que eu entendi, foi em São Paulo...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ...ele falou, em valores, 5 milhões para Eduardo Cunha?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Foi específico sobre o contrato que foi feito anteriormente, e as transferências ocorreram. No final da liquidação desses contratos, ele comentou, informalmente, que eram...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim. Mas esse contrato é com a Vigela?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Vigela. Sim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Que tem conta na Suíça. O senhor sabe disso, não é?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Tem, tem.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ela faz operações lá.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Ela tem, na verdade, acho, quatro ou cinco contas: nos Estados Unidos, na Suíça, na Alemanha, na Itália.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor nunca ouviu dizerem que esse agente da Polícia Federal, ou ex-agente, Jayme Alves, o Careca, era um operador dessas transferências em espécie e, pelo que o senhor falou aqui, sabe que ele foi até um condomínio da Barra da Tijuca, onde, por coincidência, o



Deputado Eduardo Cunha reside, no Rio de Janeiro? Ele tinha, nessas movimentações, a rubrica "Transcareca". Disso o senhor nunca soube?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Com relação às transferências de valores, sim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Mas o restante que V.Exa. está colocando, eu não posso afirmar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor falou aqui...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Eu sei que iria para o Rio de Janeiro, sim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não, mas o senhor falou aqui de um condomínio na Barra da Tijuca.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim, sim. *"Eu tenho que ir para o Rio, porque eu estou atrasado, e eu tenho que ir para um condomínio."*

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Condomínio em Vila Valqueire?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Isso não é prova. Isso não é contundência. Não é informação.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas não é um condomínio na Barra da Tijuca?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ah, sim. Está bom.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Relator e demais membros, eu quero enfatizar que o que o Sr. Leonardo Meirelles trouxe aqui para a instrução probatória da nossa representação e da Rede é extremamente valioso.

Acho que não é só o Sr. Alberto Youssef, por exemplo, que está relacionado, mas o Sr. Jayme Alves, o Careca, é uma figura bastante importante. Instrução probatória não é pirotecnia, é isto: é buscar passo a passo, com serenidade e atenção, tudo o que pode enriquecer o esclarecimento da representação, para depois rejeitá-la ou não.

Nós consideramos que são muito robustas as suas informações e esperamos também que tanto a Polícia Federal quanto a Justiça façam a sua parte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Conclua, Deputado.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - É algo muito grave, muito forte. Na nossa avaliação, os indícios de que Eduardo Cunha foi beneficiário dessas somas milionárias só se fortalecem aqui.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, eu saí para marcar presença junto com V.Exa. Quero fazer só uma pergunta: o que o depoente Leonardo Meirelles acabou de responder ao Deputado Chico Alencar com referência ao depósito das *offshores* vai poder ser disponibilizado para o Conselho?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Na verdade, temos que questionar o Supremo. Essa informação é sigilosa e eu entreguei para as autoridades.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas já as passou para...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Lógico. Todas as vezes que eu cheguei da China, todas as informações, no mesmo momento, foram colocadas de forma sigilosa, tanto na 13ª Vara Federal, em Curitiba, quanto no Supremo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Leonardo, faltou um detalhe. Nessa conversa — já sei que é informal, não precisa repetir —, não tenha medo de pronunciar o nome Eduardo Cunha.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Só Jesus tem poder! Diz ele que é um piedoso cristão, como sempre enfatiza. E eu também sou. Eu acho que os poderes da terra são muitos, e o do maligno são enormes. Mas não é isso que eu queria falar. É que eu senti que ele, no começo, estava com medo de pronunciar o nome próprio Eduardo Cunha.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Nervoso inicial, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ele é vingativo, mas não destrói vida de ninguém, até onde sabemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Por favor, Deputado.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - A pergunta é a seguinte: V.Sa. disse que nesse comentário o Alberto Youssef disse até que estava aliviado por ter repassado esses 5 milhões em espécie, via “Transcareca”, porque estava sendo pressionado demais — pelo Cunha, é de se supor —, e via Júlio Camargo, que também disse que estava sendo pressionado. É isso?



O SR. LEONARDO MEIRELLES- Todas as transferências do Alberto Youssef estavam sempre atrasadas. Ele estava sempre pressionado. Todas, sem exceção. Era comum no dia a dia dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Com palavra o Deputado Leo de Brito, por 2 minutos.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Rapidamente, Sr. Presidente. Trata-se de uma questão procedimental. Primeiro, quero manifestar, de maneira muito clara, o nosso apoio às diligências que estão sendo feitas — apoio irrestrito. Não tem cerceamento de defesa, pelo contrário, a defesa está aqui sempre presente. Eu acho que essa oitiva das testemunhas é fundamental para que sejam esclarecidos os fatos. Mas agora temos uma preocupação adicional: nós estamos sendo muito cobrados, inclusive em relação à própria Comissão do *Impeachment*, que está aí a jato, a população está cobrando celeridade no andamento dos trabalhos do Conselho de Ética. Está prevista a oitiva de 19 testemunhas. Esta é a primeira, a do Sr. Leonardo Meirelles.

Eu gostaria de saber da Mesa Diretora do Conselho de Ética como está a programação, para podermos acelerar esse processo, ouvir todos. Não vejo nenhum tipo de restrição, mas precisamos acelerar esse procedimento para chegar ao resultado que a sociedade espera.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Marun.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Só quero fazer uma consideração. O Deputado petista que falou há pouco disse que quem está aqui só poderia estar sendo chantageado. Não sei se esse é o tipo de atitude do Deputado que saiu daqui. Será que S.Exa. está sendo chantageado a acreditar que o tríplex não é do Lula? Será que S.Exa. está sendo chantageado para isso? Pode responder, Deputado Leo de Brito! Será que S.Exa. está sendo chantageado? Ele olhou para mim, disse isso e eu estou respondendo. Será que S.Exa. está sendo chantageado a dizer que o sítio de Atibaia não é do Lula? Será que S.Exa. foi chantageado a votar como votou numa CPI?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, nós estamos numa oitiva.



O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Só estou fazendo um comentário. Já que acabaram os interrogatórios, quero usar o meu tempo de Liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Ainda falta o Deputado Alessandro Molon.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, eu estava inscrito como não membro e não quero fazer mais nenhuma pergunta porque estou contemplado. Acho que o depoimento foi muito claro. O depoente confirmou que ouviu da boca de Alberto Youssef que as transferências que foram feitas através de suas empresas *offshores* eram destinadas ao Deputado Eduardo Cunha; que esse dinheiro teria sido entregue a ele, no Rio de Janeiro, por um intermediário, o Sr. Jaime Careca, segundo informação do depoente; e que esse teria sido o motivo de uma grande tensão, de uma grande preocupação do Sr. Alberto Youssef até que se pagasse isso, ele estava preocupado em cumprir esse compromisso para se livrar sabe-se lá do quê ou temendo sabe-se lá o quê. Essas informações são mais do que suficientes para nós. O depoimento foi muito claro, muito contundente e eu estou contemplado. Quero agradecer a V.Exa. e dizer que se V.Exa. tiver dificuldades de trazer outros depoentes — pelo visto, está havendo uma sabotagem à vinda de testemunhas a este Conselho de Ética, a Presidência da Casa não responde a tempo se vai pagar a passagem ou não —, sugiro a V.Exa. que convoque as lideranças do Conselho de Ética para ver quais medidas vamos precisar tomar para garantir que as próximas testemunhas possam vir, porque pode ser que alguma testemunha não se disponha a pagar a própria passagem. O Conselho de Ética não pode ficar dependendo da boa vontade do Presidente para que venha a este Conselho uma testemunha que vai depor contra ele.

Quer dizer, tem alguma coisa errada. Isso só prova a necessidade de afastamento imediato do Deputado Eduardo Cunha da Presidência da Casa. Ele não pode continuar na Presidência da Casa porque ele está atrapalhando o processo contra ele aqui no Conselho de Ética.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Obrigado, Deputado.



O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - V.Exa. me concede o tempo de Liderança, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, eu não concedi tempo de Liderança a ninguém. Há ainda um Deputado inscrito, o Deputado Flávio, que vai usar palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - V.Exa. não vai conceder ao final o tempo de Liderança? Nem após o encerramento da oitava?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não, de Liderança, não.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - V.Exa. me permite falar em alguma situação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Claro, V.Exa. sabe que tem todo o privilégio comigo.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Que satisfação!

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu concedi, no lugar de tempo de Liderança, um tempo ao Deputado Ivan Valente. Não vou deixar de conceder-lhe esse mesmo tempo, V.Exa. sabe disso.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Muito obrigado. Fico feliz, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Embora V.Exa. me machuque muito, eu sempre tenho boa vontade com V.Exa.

Deputado Flávio.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Sr. Presidente, agradeço a oportunidade. Não sou membro deste Conselho, sou Parlamentar de primeiro mandato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Mas é bastante experiente.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Obrigado.

Estou aqui há bastante tempo ouvindo as discussões. Tenho acompanhado muito de perto esse processo no Conselho de Ética, assim como o processo de *impeachment*.

Sinto-me muito bem representado pelo Deputado Júlio Delgado, que é do meu partido, o PSD. Mas aqui a minha fala não é partidária.



Quero começar falando de pessoas que ali vi vestidas de jaleco ostentando uma placa onde estava escrito: “Defender o SUS é defender a democracia”.

Isso me chamou muito a atenção porque, enquanto este Conselho patina, não por culpa dos senhores que compõem a Mesa, mas por culpa, de fato, como agora acabou de ser dito pelo Deputado Alessandro Molon, de questões ilícitas, muitas vezes, como essa, por exemplo, de não se pagar a passagem de um convidado para um momento como este tão importante — quero parabenizar também S.Exa. pela sua fala, que a meu ver agregou muito a esse processo —, enquanto isso o Brasil está parado, pessoas estão morrendo nas portas dos hospitais porque o SUS está quebrado; mais de 10 milhões pessoas estão sem emprego porque esta Casa não vota nada, porque este Conselho de Ética está parado na mão de um senhor como esse Deputado Eduardo Cunha, que a meu ver já deveria ter sido deposto do cargo para ter um mínimo de honradez para defender o seu mandato — porque ele tem esse direito, deve ser dado a ele esse direito —, o mínimo de honradez com o País, que está afundado num mar de lama, num quadro de falta total de moral, ética e de paralisia econômica.

A população que está lá fora não aguenta mais essa palhaçada, esse circo que está montado nesta Casa. O povo não aguenta mais a situação. E nós — somos obrigados a nos incluir, porque esta é a chamada Casa do Povo, por quem nós fomos eleitos —, Deputados, estamos contribuindo para empurrar o País cada vez mais para essa situação. Claro, com a justa ressalva a várias pessoas nesta Casa.

Quero fazer ecoar, neste momento, muito mais do que a minha voz como Parlamentar indignado com tudo o que tenho visto nesta Casa, a voz do povo que está lá fora sofrendo muito com a situação deste País e deste Congresso, que está paralisado por causa dessa imoralidade que nós estamos vendo aqui.

Eu espero que, de fato, o Presidente desta Casa seja afastado, o Presidente do Senado seja afastado, porque também é réu no STF — e parto somente das informações que temos, do Ministério Público Federal e do Supremo Tribunal Federal —, e também a Presidente deste País, juntamente com o seu partido, que segundo o Ministério Público Federal é uma organização criminosa, também seja



afastada para que o País volte a respirar; os mais pobres possam sair da situação em que estão e especialmente a saúde.

Isso está uma vergonha. O povo não aguenta mais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Carlos Marun, antes de passar a palavra a V.Exa. farei alguns esclarecimentos rápidos aqui.

Primeiro, quero dizer que nós requisitamos as passagens para o depoente, Sr. Leonardo Meirelles, e seu advogado, porque eles solicitaram passagens para vir ao Conselho. O tempo passou e ontem, quando nós fomos ligar para eles e dizer que infelizmente nós não tínhamos conseguido as passagens, eles avisaram que já tinham comprado as passagens e que estavam vindo. Eu vou fazer um ofício à Presidência da Casa ou ao 1º Vice-Presidente, se assim for determinado — até agora não me notificaram a quem devo me dirigir. Então, continuo achando que devo me dirigir ao Presidente da Casa. Vou fazer a solicitação. Quero que V.Sas., se tiverem os recibos de aquisição das passagens, deixem com a Secretária, porque eu vou pedir o reembolso em nome dos senhores.

Em segundo lugar, quanto às diligências, Deputado Carlos Marun, cabe ao Relator solicitá-las e fazê-las. Não foi o Conselho que foi convidado. Nós solicitamos uma audiência ao juiz em Curitiba para levar a ele os nomes das pessoas que foram indicadas como testemunhas e saber da possibilidade de ouvir essas testemunhas e a forma. Ele nos disse que não teria problema. Mais do que isso, conseguimos que ele franqueasse as dependências da Justiça Federal para nós ouvirmos os que estão presos em Curitiba. E, graças ao Deputado Sandro Alex, nosso Vice-Presidente, que nos acompanhou por ser do Estado, tivemos uma solicitação por ele feita ao Presidente da Assembleia para diminuir custos para esta Casa e para diminuir as dificuldades que nós estamos tendo aqui. Ele conseguiu que a Assembleia Legislativa do Paraná nos fornecesse as taquígrafas necessárias para os trabalhos que serão feitos em Curitiba. Isso vai ensejar, Deputado Carlos Marun, rapidez, porque em 1 ou 2 dois dias nós vamos poder ouvir os que estão lá detidos que foram indicados como testemunhas.



Em terceiro lugar, esta Presidência e esta Mesa não indicam testemunha. Nós não indicamos nenhuma testemunha. As testemunhas foram indicadas pelo partido que representou, pelo Relator, que viu a necessidade de requerer algumas oitivas, e pela defesa do Deputado Eduardo Cunha, que apresentou oito nomes, entre os quais os de dois advogados suíços e, se não engano, de dois advogados brasileiros. Forneceu os endereços, mas nós precisamos dos *e-mails* e dos telefones para fazer contato. A defesa vai providenciar isso. Por isso, nós estamos tendo dificuldade de contatar essas pessoas. Para a próxima semana já temos alguns convites feitos — precisamos de confirmação —, e avisaremos ao Conselho e aos conselheiros, se confirmada a vinda das pessoas que foram contatadas para vir aqui. Não contatamos ainda as pessoas que foram indicadas pela defesa porque as testemunhas de defesa serão as últimas a ser ouvidas nesse processo, e a defesa sabe muito bem disso.

Então, quero deixar claro que faremos em Curitiba diligências normais e corriqueiras do Conselho, do Relator e da Presidência, a quem cabe zelar para que as coisas andem com mais agilidade. Se não estão conseguindo é porque eu não tenho prestígio com a Mesa da Casa, e a Casa não se dispõe a dar a agilidade necessária a esse trabalho. Eu não vejo nenhuma correlação entre o Conselho de Ética e a Comissão do *Impeachment*, até porque nesta Mesa há dois Deputados que já se declararam a favor do *impeachment*. Aí fora deve haver outros que também se declaram a favor e outros contra o *impeachment*. Ninguém procurou saber quem é a favor ou quem é contra. Ninguém se pronunciou contra isso. Não falamos sobre isso. O que causa espécie é que a Comissão do *Impeachment* está a todo vapor, a toda velocidade, e aqui nós estamos andando numa lentidão que causa espécie a nós da Mesa, ao povo brasileiro, à imprensa, a todos nós.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Sr. Presidente, eu estou inscrito. Eu só quero saber...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Darei a palavra a V.Exa. Peço que me ajude. Eu ficarei imensamente grato se V.Exa. puder ajudar. V.Exa., como membro deste Conselho, como membro da Comissão do *Impeachment*, que está vendo o disparate entre uma e outra, faça ver ao Presidente que aqui também precisa agradar. Nós precisamos colher material até para provar a



sua inocência. Nós não estamos aqui para cassar ninguém. Absolutamente. Nós queremos colher testemunhos. Se o Deputado Eduardo Cunha for inocente, o Relator, tenho certeza, e esta Mesa vão ficar satisfeitos, porque é um membro do Parlamento. Não ficaremos de modo nenhum chateados com uma eventual absolvição dele. Nós queremos que isso aconteça e estamos fazendo tudo para que isso possa ser provado.

Por último, eu quero agradecer ao Sr. Leonardo Meirelles por ter vindo aqui, ao Dr. Haroldo César Náter, que também esteve aqui conosco. Agradeço pela boa vontade de estar aqui. Agradeço ao Advogado Marcelo Nobre, da defesa.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - V.Exa. não está encerrando. V.Exa. vai me conceder a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Jamais vou esquecer V.Exa. Como posso esquecer V.Exa.? Em hipótese nenhuma.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Positivo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Desde já aviso ao advogado Marcelo Nobre que nós temos tratativas para fazer oitivas em Curitiba, no Paraná. E V.Sa., de qualquer forma, tem que ser convidado. Então, eu já o estou convidando com muita antecedência porque eu sei que a agenda de V.Sa. é muito cheia. Mas V.Sa. já coloque na sua agenda que no fim deste mês, na última semana deste mês, mais ou menos, nós deveremos ir a Curitiba. E a sua companhia vai nos fazer muito bem. É prerrogativa da defesa nos acompanhar. E V.Sa. é uma pessoa cuja companhia nos faz bem.

Portanto, Deputado Carlos Marun...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, peço, respeitosamente, que depois V.Exa. me conceda a palavra por 1 minuto, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu darei a palavra a V.Exa. Vou perder o voo, mas vou ouvir V.Exa. Tenha certeza disso.

Com a palavra o Deputado Carlos Marun.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Sr. Presidente, continuando, rapidamente. Na questão da PETROBRAS, o que realmente me indigna é esta incoerência: na CPI da PETROBRAS chegou-se à conclusão de que não houve



corrupção na PETROBRAS. E muitos Deputados que estão aqui, que participaram, vêm com essa história de querer ensinar moral e dizer que alguém está sendo chantageado. Será que foram chantageados para dizer que não houve corrupção na PETROBRAS? Esse foi o relatório apresentado e aprovado na CPI da PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado...

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Eu só estou colocando para que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Nós estamos numa audiência de oitiva...

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Então vamos ao nosso... Não, não, agora estou falando pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Esse comentário não cabe a...

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Agora vamos ao caso em tela aqui. A que horas V.Exa. chegou aqui? Às 9h15min. Eu já estava aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não, eu cheguei um pouco antes.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Às 9 horas eu estava aqui sentado. Tomei meu café, estou sentado aqui até agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu cheguei aqui V.Exa. estava comendo uma tapioca da Bahia.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Exatamente. Já fiz meu café da manhã aqui e estou aqui até agora. Eu não aceito que Deputado que esteja passando aqui na frente, que não tem o que fazer, venha aqui dizer que isso é palhaçada. Não aceito. Se não tem o que fazer, vai não fazer em outro lugar. Nós estamos aqui fazendo um trabalho sério. Eu não aceito isso. Não aceito em respeito a V.Exa., não aceito em respeito a você, que eu posso até contestar, mas a quem eu jamais me dirigi e jamais me dirigirei nesses termos. Discordar é direito, mas vir com essa situação... Quem não tem o que fazer, faça em outro lugar. Houve uma oitiva da qual discordo. Inclusive, recorro da decisão de V.Exa., porque entendo que nas diligências deveria ser averiguado se o depoente tinha ou não provas do que ia nos trazer. Na diligência, chegaram a conversar? Vocês chegaram a conversar com ele?



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Não? Não? Perguntar não ofende.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Carlos Marun, nós não tivemos contato com nenhuma das pessoas que foram indicadas para testemunha.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Ah, não tiveram?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não tivemos nem vamos ter.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Está bem.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Nem vamos ter. Não cabe a nós, a mim, o Presidente, fora desses recintos, ligar para uma testemunha qualquer e perguntar: "*O que é que você vai falar? Você tem que falar isso ou aquilo*". Não cabe a mim.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Eu penso que talvez se pudesse acrescentar alguma coisa, para nós não perdermos tempo. Seria equivocado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não, isso não cabe a mim. Como a testemunha foi indicada por um partido, eu tenho que cumprir a determinação. O partido o indicou a testemunha. Eu tenho que chamá-la. O Relator também indicou algumas testemunhas. Ele acha, pelo que sabe e pelo que está posto, que essa testemunha vai acrescentar alguma coisa. E nós só saberemos se vai acrescentar ou não aqui. Não posso chegar aqui para a testemunha e dizer que ela só vai falar isso ou só vai falar aquilo. Eu não posso fazer isso — nem eu, nem V.Exa., nem ninguém. Aliás, isso foi dito na resposta da Ministra Cármen no mandado de segurança.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - O meu entendimento é o de que, numa investigação, quem vai convocar uma testemunha pode saber antes se ela tem alguma prova a acrescentar, até para que nós possamos dar algum tipo de celeridade ao processo. Mas se isso não foi feito, retiro. Não foi feito, está resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, vou fornecer a V.Exa. a lista das pessoas que foram indicadas, caso V.Exa. queira fazer essa inquirição.



O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Está resolvida essa questão. Está resolvida. Acho que talvez eu tenha ficado bravo por não ter sido convidado para ter a companhia de V.Exas. nessa viagem. Eu teria gostado. Vai ver é isso.

O que quero dizer é que o meu entendimento, pelas notícias que eu li nos jornais, é de que já teria havido um pré-interrogatório aqui. Quando fomos a Curitiba, nós interrogamos as testemunhas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não, não, não. Nós estivemos só com o Juiz Moro.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Eu não fui. Eu até fui convidado, mas não fui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Vou dizer uma coisa a V.Exa.: nós consultamos o Juiz Moro se ele receberia o Conselho, e foi-nos dito que ele receberia o Relator, o Presidente do Conselho e o Deputado Sandro Alex, que é do Estado e teve a gentileza de fazer os contatos todos para nós, e nós agradecemos a ele neste instante, penhoradamente, porque foi muito útil o Deputado Sandro Alex na intermediação para que nós pudéssemos ser recebidos pelo Juiz Moro e as providências que foram tomadas pela Assembleia Legislativa.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Se V.Exa. nos tivesse dito que ia ver o Juiz Moro, nós teríamos dito para levar o nosso apoio às investigações, apoio irrestrito. De outra vez, leve nosso apoio irrestrito a todas as investigações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - V.Exa. está convidado a nos acompanhar quando formos a Curitiba. V.Exa. pode ir, está convidado — às suas expensas, porque a Casa não vai pagar a passagem.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Não precisa, damos um jeito, nós temos a nossa cota parlamentar.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Sr. Presidente, queria só saber do Relator quanto tempo resta para concluir o prazo de entrega.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O prazo de 40 dias se encerra no dia 19 de maio. Até lá, ouvindo ou não ouvindo testemunhas, vou encerrar a instrução.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Sr. Presidente, só para preservar o Conselho, o Conselho está indo rápido, mas aqui na Casa ainda há mais 6 meses



de processo contra a Presidente Dilma. Aqui na Casa ainda restam mais 6 meses. Nós não estamos fazendo nenhuma loucura, pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - O Deputado Júlio Delgado tem a palavra.

Eu vou dispensar a testemunha e o advogado.

Agradecendo-lhes, dispenso V.Sas.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu já estive com o Leonardo duas vezes, numa ele não falou nada e ajudou, e hoje ele falou e nos ajudou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Vou dispensá-lo e agradecer-lhe mais uma vez.

Deputado Júlio Delgado, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Primeiro, eu ia só falar a respeito do procedimento nosso aqui e sobre a preocupação com o prazo do Relator, mas o Deputado Sérgio Moraes acabou de fazer essa pergunta.

Sr. Presidente, eu queria que neste Conselho não estivessem só os seus membros, que fosse como daquela vez em que tivemos mais de cem Deputados. É legítima e espontânea a manifestação do Deputado Flavinho, assim como é honrosa a presença do Deputado Givaldo Carimbão, ou de quantos forem os Deputados que não são do Conselho de Ética que aqui estiverem, porque existe Deputado que ou não vai à rua ou não pode ir.

A rua acha que isso aqui é um circo, sim, e eu sou do Conselho para dizer que estão falando: *“Ou estão zombando de vocês, ou aquilo lá tem um certo conchavo”*, porque não conseguimos fazer com que um processo, em 5 meses, ande.

Então, a presença do Deputado Flavinho, que vem manifestar o sentimento da sociedade, como a do Deputado Givaldo Carimbão, que vem agora se expressar, e, se quiser falar, deve falar, membros ou não membros do Conselho de Ética que vêm aqui não estão de passagem, não, acho que tinham que vir, porque este aqui também é um foro de trabalho.

E queria sugerir a V.Exa. que aceleremos os nossos trabalhos. Sei que o Relator está ciente e é cioso de seu trabalho, mas nós temos o prazo de dois convites a cada testemunha para acelerar. Sabemos que há, segundo a informação



de V.Exa., a possibilidade de termos que ir a Curitiba para fazer as oitivas dos que lá estão presos. Para facilitar, então, pediria celeridade nisso.

E lembro ao Relator que muito do que foi dito aqui hoje pode contribuir bastante na instrução. Hoje surgiram coisas importantes, e eu queria que o Relator as registrasse. Por exemplo, o Deputado Chico Alencar pediu que se levantasse a possibilidade de convidar o Jaime — convidar, porque não temos o poder de convocar —, assim como todos os beneficiários das contas atribuídas ao Deputado Eduardo Cunha que tenham utilizado os cartões. Nós temos que saber disso. Como é que a pessoa tem cartão de conta que lhe é atribuída e diz que é um *offshore*, que é *trust*, que não pode mexer, mas houve compra, houve movimentação?

Gostaria que o Relator levasse isso em consideração e chamasse o próprio Deputado Eduardo Cunha, a quem é atribuída a utilização e a movimentação dessas contas que ele diz que não movimenta porque são *trusts*.

Essas eram as sugestões que queria dar ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - O Deputado Eduardo Cunha virá em momento apropriado. Se ele quiser, a qualquer instante pode vir, mas vamos esperar que ao final da apresentação do relatório ele venha, acompanhado de seu advogado, para fazer sua própria defesa.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Sr. Presidente, com todo respeito ao Deputado Carlos Marun, infelizmente eu fui ao banheiro, por esse motivo não fiquei para ouvir a fala dele, mas, como é do meu procedimento nesta Casa, costumo respeitar muito, institucionalmente, todos os Deputados e sempre que faço menção a alguém eu o faço na presença da pessoa.

Assim como V.Exa., eu também fui eleito para estar aqui e tenho total direito de estar onde eu desejar.

Eu sou membro de uma CPI...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Eu estou falando, por favor, me escute.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Vou ouvi-lo.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Obrigado. Quem me deu a palavra foi o Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Vou ouvi-lo.



O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Então me escute.

Eu sou membro da CPI dos crimes Cibernéticos e estava lá, estava na Comissão das Telecomunicações, eu não estava sem fazer nada nesta Casa. Não sei quanto a V.Exa., mas eu estava ocupado.

Vim até este Conselho, primeiro, porque tenho o direito institucional de estar aqui; segundo, porque represento o povo e aqui dentro sou a voz do povo, que me outorgou o mandato para defendê-lo nesta Casa.

Assim como o Deputado Júlio Delgado disse, o que dizem lá fora — não sei se o senhor não tem ouvido isso —, o que as pessoas dizem lá fora é que realmente isto aqui se transformou num circo. Isso quem diz é o povo, a quem eu represento. E também acho que, muitas vezes, muito mais parece um circo do que um Conselho de Ética, que deveria cuidar — com muito cuidado — do que hoje mais é exigido de um Parlamentar, de um homem público, que é a ética, a moral e o caráter.

Com isso não agredi o senhor ou qualquer outro Parlamentar deste Conselho. Posicionei-me com o direito institucional e pelos votos que recebi. Pena que não pude estar aqui para dizer-lhe isso naquele momento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Peço para responder, já que fui citado, obviamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Concedo-lhe 1 minuto para fazer sua manifestação, e nós vamos encerrar a audiência.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - V.Exa. tem o direito de fazer o que desejar, até porque o povo concedeu-lhe esse direito a partir de uma eleição, isso é óbvio, mas eu também tenho o direito de não me sentir satisfeito por V.Exa. vir aqui me chamar de palhaço. Se V.Exa. acha que isto é um circo — inclusive, V.Exas. também está no circo —, quem está no circo... Eu acho que é pirotecnia vir aqui, falar e ir embora, sabendo que está havendo o destaque, com isso eu não concordo. Nossas posições são divergentes. Se viesse aqui respeitosamente...

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Assim o fiz.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Não, V.Exa. falou em circo e em palhaço. Isso não é respeitoso. Se V.Exa. dissesse *“Olha, quero estabelecer meu protesto contra o andamento lento deste Conselho”*, eu ficaria...



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Eu o ouvi. Agora me ouça! O direito que V.Exa. tem eu também tenho. Eu o ouvi em silêncio; ouça-me em silêncio. Demonstre que tem respeito.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Isso eu fiz.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - V.Exa. chegou aqui e disse que isto aqui é um circo, e usou a palavra “palhaço”! Quero dizer-lhe que nem isto é circo nem aqui tem palhaço. Se V.Exa. acha que nós estamos sendo lentos, faça o seu protesto, mas respeite o trabalho dos seus colegas. É só isso que eu peço. Ficará tudo bem desse jeito.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Não mudei meu posicionamento.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Nem eu! Nem eu! Respeite e será respeitado.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Assim o faço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença dos Srs. Parlamentares e dos demais presentes.

Está encerrada a reunião.